



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA Nº 08/18**  
**2018-09-17**

## ATA Nº 08/18

### 4ª Sessão Ordinária

17 de setembro de 2018

--- No dia dezassete de setembro de dois mil e dezoito, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- 1.a) Expediente e informações.-----

--- b) Apreciar e votar: Ata nº 03/18 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 19 de abril de 2018.

--- 2. Deliberar: a) Alteração à alínea v) do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; b) Conferir poderes ao Presidente da Assembleia Municipal para dar posse ao Conselho Municipal de Segurança. *Proposta nº 3/AMS/2018* -----

--- 3. Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Proteção de Dados do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. *Proposta nº 490-P/2018* -----

--- 4. Apreciar e votar a nomeação da empresa “JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC”, para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o biénio 2016-2017 e com prorrogação em 2018, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 530-P/2018*.-----

--- 5. Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 573-P/2018*.-----

--- 6. Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 615-P/2018*.-----

--- 7. Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da área de 162,22 m2, área a destacar da ficha nº 1820 descrita na Conservatória do Registo Predial de Queluz, da freguesia de Casal de Cambra, sita em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 557-PM/2018*.-----

--- 8. Apreciar e votar a cedência de utilização dos edifícios do mercado e das instalações sanitárias de apoio sitas em Almoçageme, inscritos na matriz predial sob os artigos provisórios P7193 e P7194 de Colares e descritos nas fichas 9940 e 9941 da mesma freguesia, à Freguesia de Colares,

.../...

nas condições constantes da minuta de protocolo anexo à proposta, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 561-PM/2018.*-----

--- 9. Apreciar e votar a cedência a título gratuito para afetar ao domínio público municipal, as seguintes parcelas: Artigo 166 da secção R; Artigo 173 da secção R; Artigo 174 da secção R; artigo 251 da secção R, sitas na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 567-PM/2018.*-----

--- 10. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da organização da “1ª Corrida Queluz-Belas, Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 616-RP/2018.*-----

--- 11. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, no âmbito da organização do “VII Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 617-RP/2018.*-----

--- 12. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos; à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; à União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra; à União de Freguesias de Queluz e Belas e à Junta de Freguesia de Casal de Cambra, no âmbito do programa “Sintra em Férias! Verão 2018”, nos termos da respetiva proposta. *Proposta nº 652-EQN/2018.*-----

--- 13. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinho Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Joana Sofia Mendes Pereira Santos Lopes; Hugo Lopes dos Santos; Alcino Afonso Alves; Ana Maria Domingos Carioca; e Mariana Rodrigues de Almada Burquette.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Adolfo Miguel Delgado dos Reis; e Domingos Manuel Miguel Rodrigues.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; Jorge Pereira Gomes; e Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Jacinto Higino Domingos; Rogério Duarte Cassona; e Inês Cardoso Neves Fernandes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN**: Bernardo Ramos Gonçalves.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe.-----  
 --- Representantes das **FREGUESIAS**: Válder Manuel Antunes Januário – **Algueirão - Mem Martins**; Vanessa Sofia Alegria Mendonça – **Casal de Cambra**; Pedro Manuel da Silva Filipe – **Colares**; Bruno Alexandre Nobre Pereira – **Rio de Mouro**; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – **União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra**; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – **União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar**; Paulo Barroso Adrego – **União de Freguesias de Cacém e São Marcos**; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – **União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão**; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – **União de Freguesias de Queluz e Belas**; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – **União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**; e Manuel Fernando Alves Pereira – **União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)**.-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Eduardo Jorge Glória Quinta Nova; Domingos Linhares Quintas; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; Andreia Filipa Bernardo; e Pedro Manuel da Costa Ventura.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

#### --- COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:-----

##### --- PARA CONHECIMENTO:-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Luís Lopes, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado **Alcino Afonso Alves**.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado **Hugo Lopes dos Santos**.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal João Paulo Afonso Aguiar, do PS, para a presente Sessão, pela Deputada **Ana Maria Domingos Carioca**, dado que os Deputados(as), *Sara Mariano Godinho*, Maria de Lurdes Pedroso, Filipe Dias Barroso e Pedro Miguel Pereira, que a antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Ricardo Manuel Azevedo de Campos, do PS, para a presente Sessão, pela Deputada **Mariana Rodrigues de Almada Burquette**.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo, do BE, para a presente Sessão, pela Deputada **Marisa Andreia de Almeida Laneiro**, dado que o Deputado Amílcar Moraes, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal António Gouveia, do PPD/PSD, para a presente Sessão, pelo Deputado **Domingos Manuel Miguel Rodrigues**, dado que os Deputados(as), Ana Paula Catarino, Francisco Hermínio dos Santos e *Francisco Pinho Duarte*, que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, Mário Pedro de Moura Lopes dos Santos, far-se-á representar na presente sessão pela Sra. Vanessa Mendonça.-----

--- O Presidente da União das Freguesias de Cacicem e S. Marcos José Estrela Duarte far-se-á representar na presente Sessão, pelo Sr. Paulo Barroso Adrego.-----

#### --- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- A munícipe **Galina Caraman**, referiu: Muito boa noite! Somos de um país estrangeiro e compramos uma casa por cima do Café Girassol, no Lourel. Na altura em que a compramos, o proprietário do café tinha um horário até às 23h00 da noite e estava tudo bem. Mas, depois de 2012, ele começou a fazer barulho até às 2 da manhã. Eu agradeço que a Câmara lhe tenha reduzido o horário para as 22 horas. Mas o proprietário continua, mesmo assim, com o ruído de mesas e cadeiras arrastadas, lá dentro, até à uma da manhã. O que eu queria saber é o que podemos fazer mais para que o proprietário do café respeite os horários.-----

--- O munícipe **Vítor Manuel Silva Gonçalves**, referiu: Eu estive aqui, precisamente, no dia 27 de abril do ano passado, em 2017, a apresentar um problema relacionado com uma urbanização degradada situada na rua Edgar Cardoso, em Albarraque. No seguimento dessa apresentação, foi-me transmitido pelo senhor Presidente da Câmara, Dr. Basílio Horta, o apuramento da veracidade dos factos que foram apresentados, uma degradação dessa urbanização, já com 30 anos, que serve 18 terrenos, se não estou em erro. Foi dito, aqui nesta sala, pelo Dr. Basílio Horta que, dadas as circunstâncias, a Câmara pensou, inicialmente, fazer o arranjo dos arruamentos e colocar essa verba no orçamento de 2018, mas que pelo facto de a urbanização estar muito degradada, iria avançar ainda em 2017. Nada foi feito até este momento, de maneira que estamos aqui, eu em representação dos moradores da urbanização, juntamente com mais alguns colegas proprietários de casas, para chamar à atenção da Câmara do que foi falado, foi prometido e não foi cumprido. Um 2º ponto, ainda sobre o mesmo assunto, é o facto da ata dessa reunião, que teve lugar no dia 27 de abril, não mencionar absolutamente nada sobre esse assunto nem da nossa presença aqui. Não sei se houve um lapso de memória da pessoa que faz a transcrição para a ata, porque estas coisas costumam ser gravadas e, depois, passadas para a ata, penso que é isso, mas estranhámos que na ata que está publicada com a data do dia 27 não esteja lá nada mencionado. Fomos um bocadinho mais atrás, ao dia 20, para perceber se não teria havido algum engano, mas no dia 20 também não tem nada mencionado, o que significa que não existiu essa conversa, o que é muito estranho. Eu gostaria de sair daqui com alguma garantia de que, desta vez, não iria haver nenhum apagão e que a nossa intervenção iria ficar registada em ata. Eu penso que temos uma carta, aliás, idêntica à carta que eu enviei em março sobre este assunto e que também não obtive resposta, mas que eu juntei à inscrição para falar nesta Assembleia.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Não sei se o senhor tem consciência, mas há uma diferença entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. O senhor participou, não na Assembleia Municipal mas na Câmara Municipal, e andou a ver as atas erradas. Tem de procurar as atas da Câmara Municipal. Esta sua intervenção vai encontrá-la transcrita na ata da Assembleia Municipal.-----

--- O **Vice-presidente da Câmara Municipal, Rui Pereira**, referiu: Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que, de facto, procurou nas atas erradas porque, na ata da reunião de câmara de 19 de Abril, está lá a sua intervenção e a resposta da Câmara, cujo extrato temos aqui.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu quero responder-lhe para pedir desculpa porque tem razão, eu falei que em 2017 íamos fazer a obra, mas ela não foi feita. Peço muita desculpa. Tenho informação que vai ser feita agora, mas não foi feita quando eu lhe disse. Por isso, só tenho que pedir desculpa e dizer que a obra vai ser feita, embora eu lamente ter dito que era em 2017 quando só será em 2018.-----

--- O munícipe **Pedro Miguel Ventura Alexandre** referiu: Sou morador em Alvarinhos, munícipe deste concelho desde 1972. A razão que aqui me trouxe tem a ver com a revisão de 2018 do PDM. Eu já escrevi a nível particular, a nível comunitário, de interesse público e, portanto, não me vou referir a isso, vou esperar pelas respostas. O que eu queria apelar é à sensibilidade desta Assembleia para tomar em si a leitura das reclamações e conseguir ajudar o nosso Presidente de Câmara a tornar este documento, como diz e reitera, humano e para as pessoas. Por favor, ajudem-no, não o “enganem” com números ou de outra forma qualquer! A zona rural, nomeadamente aquela a que me estou a referir, está a ser dramaticamente prejudicada, com índices de redução entre os 30% e os 40% de urbanização quando, em média, o concelho reduziu 5%. Quando a União de Freguesias de Terrugem e São João das Lampas está afetada em 30% a 40%, onde é que estão os outros 35%? A quem é que estão a beneficiar? Por favor, ajudem o senhor Presidente a honrar a palavra que deu em como este PDM é para as pessoas! Ajudem-no a interpretar as reclamações daqueles que vivem da terra, daqueles que não conseguem extrair mais do que aquilo que ela dá, porque as nossas terras não são produtivas como as lezírias de Santarém, de Vila Franca, de Almeirim, nem sequer de Torres Vedras. Nós não conseguimos tirar mais da terra do que aquilo que ela nos dá. E qualquer custo de reparação de uma alfaia agrícola é mais do que os 50 fardos de palha que apanhamos naqueles montes de cabeços e pedras. Portanto, na minha opinião e de todos aqueles com quem tenho partilhado esta discussão do PDM, a viabilidade da nossa aldeia rústica, típica, de gerações, é a construção de uma pequena habitação familiar em cada propriedade com mais de 5 mil m<sup>2</sup>, mantendo um bocadinho o espírito que existia no PDM de 1999. Nós sustentámo-nos nesse PDM de 1999, pela coerência desse PDM enquanto elemento estratégico para o concelho, que nós criámos, que nós investimos, o Conselho investiu, o Município investiu dinheiros públicos, dinheiros comunitários, dinheiros privados, para conseguir guardar os terrenos para os nossos filhos e para os nossos netos. Neste momento, estamos a castrar por completo a possibilidade de viverem lá os nossos filhos e os nossos netos. Isto é pura realidade. Eu não tenho uma casa urbana para comprar, não tenho um terreno urbano para comprar, é falso. Quem diz que há terrenos urbanos em Alvarinhos ou uma casa rústica para comprar, isso é falso.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O PDM teve a sua génese e a sua discussão em 11 freguesias de forma profunda. Depois, foi posto à discussão pública durante 60 dias. Há reclamações, como é natural, e algumas dessas reclamações já estão a ser atendidas, e aquelas que não foram atendidas vão ser examinadas caso a caso. E pode ter a certeza que serão examinadas com independência, com justiça e com o humanismo, mas dentro dos valores que o PDM prossegue desde o início, ou seja, nós teremos em consideração e aceitaremos todos os interesses

individuais apresentados, desde que eles não prejudiquem o interesse coletivo. Se prejudicarem o interesse coletivo, nós não os poderemos aceitar. Não prejudicando esse interesse maior, obviamente que teremos todo o interesse em os analisar com cuidado e com humanidade, com certeza que sim! Quando falou em 35% da área urbanizada em São João das Lampas e Terrugem, é a 1ª vez que oiço esse número, mas o Arq. Tiago Trigueiros poderá esclarecer se o Senhor Presidente da Assembleia o permitir.--

--- O **Arq. Tiago Trigueiros** referiu: Não tendo aqui os dados exatos, mas não me parece que seja verdade, porque é impensável, que haja reduções para uma freguesia na ordem dos 35% ou 40%. Pode haver o caso de um perímetro urbano específico que, por ter amplas áreas urbanizáveis que não foram concretizadas, que por via da adequação à nova Lei de Bases, tenha levado a uma redução significativa daquele perímetro específico, não ao nível de uma freguesia, tamanha a distorção. E acrescento o seguinte: o aglomerado de Alvarinhos é sintomático dessa mesma questão. O aglomerado de Alvarinhos teve ampliação de perímetro urbano nas áreas onde estavam as casas, passando a poder resolver situações que, por via do PDM em vigor ou, mesmo, no plano do ordenamento do parque, não eram possíveis. É um dos exemplos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para uma última reflexão. O PDM é um documento muito, mas muito sério, muito complexo, é a “cara” de uma estratégia para vigorar durante um longo período, e por isso é preciso ter um certo conhecimento de causa. Fala-se muito, por vezes, a contrainformação é muito grande, a política tem coisas destas, mas nós devemos ser imunes a isso, porque há matéria de política e há matéria que, embora sendo política, não pode ser da política com “P” minúsculo, tem que ser político com “P” maiúsculo, porque são matérias estruturantes para todos nós. Portanto, é esse o apelo que fazemos, porque tudo o resto, quando está em discussão pública, é mesmo discussão pública, é para ouvir as reclamações com cuidado e para lhes dar uma resposta. E quando nós não podemos aceitar é porque há, seguramente, uma forte justificação para isso, disso podem ter a certeza. -----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- Foi submetida a apreciação a Moção subscrita pela CDU sobre “Transferência de competências”.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Esta moção foi recebida na sexta-feira, dia 14, às 22h02m, tendo sido distribuída no dia de hoje, 17 de setembro. Ora, esta desconformidade com o Regimento, no seu artigo 40º, que estatui que as moções e propostas devem ser apresentadas até às 17h00 do dia anterior ao da realização da sessão da Assembleia Municipal. No entanto, não impede que estas moções possam ser excecionalmente aceites, se admitidas pelo plenário. Portanto, senhores deputados, compete-me verificar a admissibilidade da Moção da CDU, “Transferência de competências”.-----

--- Foi **rejeitada a admissibilidade** da Moção sobre “Transferência de competências” com 37 votos contra do PS, do PSD, do CDS e do MPT; 1 abstenção do PAN ; e 5 votos a favor da CDU e do BE.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Antes de mais, lamento a

impossibilidade de discutir uma moção que poderia ser rejeitada após a discussão. Pessoalmente, nunca o fiz em cerca de 40 anos nesta Assembleia, mas as ações ficam com quem as pratica e a legitimidade democrática não está posta em causa. Por outro lado, eu não sei se o Regimento explicita se se trata de dias úteis ou não. Gostaria que fosse esclarecido se estamos a falar de dias úteis ou não, porque se assim for, peço desculpa pelo atraso e lamento que não tivesse sido aprovada a discussão, mas se não forem dias úteis eu requeiro que se faça a discussão da Moção -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhor Deputado Jacinto Domingos, eu acho que a questão que suscitou não é descabida, mas realmente, no caso vertente, não tem qualquer aplicação, e eu vou explicar porquê. A Moção foi rececionada numa sexta-feira, às 10h da noite, pelo que só foi distribuída hoje de manhã. Ficava defraudado o objetivo da lei se nós considerássemos que esta questão não exigia uma discussão na votação sobre a sua admissibilidade. Em todo o caso, se o seu Grupo Político assim o entender, poderá ser debatida na próxima reunião.-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Eu não venho falar de descentralização, mas não resisto a dizer que, pelo facto de estar no Regimento que as Moções têm que ser apresentadas até às 17 horas do dia anterior, é para que nós tenhamos algum tempo para as ver. Realmente, recebida hoje, a própria Moção da CDU acabaria por ficar prejudicada na sua discussão porque, sinceramente, eu não tive tempo de analisar todas as implicações que ela tem. O que me traz aqui são duas perguntas que quero colocar ao senhor Presidente da Câmara, tendo uma a ver com a repavimentação da estrada de São Mamede, pois chegou ao nosso conhecimento que entre Fontanelas e Janas há uma extensão de um quilómetro que está muito degradado com buracos originados pelas raízes dos pinheiros, que já provocaram lá muitos acidentes, dois deles, muito graves, neste verão. E a propósito, pergunto para quando esta repavimentação? No ano passado, antes das eleições, também foram repavimentados cerca de 500 metros, em Fontanelas, na Av<sup>a</sup> Nossa Senhora da Esperança, mas os restantes 500 metros ficaram para as calendas, espero que não para 2021. A outra questão prende-se com uma situação de cinco crianças que habitam em Campo do Jogo, em Arneiro dos Marinheiros, e que este ano não têm transporte para a escola, em Bolembre, ao contrário do que aconteceu no ano passado. Os pais de uma das crianças já questionaram o Departamento de Transportes da Câmara Municipal, e até se ofereceram para pagar, mas ainda não obtiveram resposta. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à repavimentação, esta será feita no final deste ano ou no início do ano que vem. Tínhamos conhecimento disso e, realmente é verdade. Nós temos tido um investimento enorme em todas as freguesias, mas por vezes há uma ou outra coisa que tem ficado para trás. Quanto ao problema das cinco crianças sem transporte, trata-se de um problema que nos deve preocupar a todos, pelo que veremos o que podemos fazer para o resolver. -----

--- A **Deputada Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha**, do PSD, referiu: Em nome da bancada do PSD, começo por apresentar a toda a comunidade educativa, alunos, professores, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, os votos de um excelente ano letivo. Uns começam, outros recomeçam, mas é sempre um tempo novo. Tempo de aprender, de conhecer, desenvolver e construir.



Construir para todos e com todos, e é mesmo com todos que contamos, senhor Presidente, contamos com Vossa Excelência e todo o município para um olhar muito especial para todas e cada uma das escolas que ainda necessitam de intervenção. Contamos com Vossa Excelência para uma atenção muito especial para a falta de assistentes operacionais, que só virtualmente estão a rácio, nomeadamente, nos jardins de infância onde a previsão de um assistente operacional por sala não contempla, ainda, todas as escolas, tal como o preconizado nos normativos em vigor. Daí que, a cada passo, as escolas de Sintra sejam mencionadas como aquelas que mais problemas de segurança apresentam, como aconteceu num órgão de comunicação social, no passado dia 13. Contamos, assim, com Vossa Excelência, senhor Presidente, para contrariar as estatísticas negativas que revestem as escolas de Sintra em matéria de segurança, que na presente situação está intrinsecamente relacionado com o défice de assistentes operacionais, porque os problemas passam-se justamente dentro das escolas, onde corredores há sem qualquer assistência durante vários turnos do dia. Que seja um excelente ano letivo para todos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação aos assistentes técnicos, nós temos o número que o Governo nos indica. E esse está preenchido, fomos até acima desse número. Agora, há casos em que há 2 ou 3 pessoas que estão doentes, que não podem ser substituídas no mesmo dia, e há falta naquele dia e naquele momento, isso é verdade. Agora, no conjunto do Concelho não é assim, nós temos assistentes técnicos mais do que aquilo que o Governo nos dá, e depois temos um problema porque aquilo que o Governo nos dá, paga, mas aquilo que não dá, pagamos nós. E nós não hesitamos em fazê-lo. Agora, é realmente verdade que pode haver casos em que as coisas não estão assim. Mas também é bom ver que, para além do problema dos assistentes técnicos, aliás, irei falar nisso quando o senhor Presidente da Assembleia me der a palavra para a atividade do município. Nós estamos a fazer um trabalho magnífico nas nossas escolas, um trabalho muito grande que, neste momento, já está em construção no terreno, neste momento, em 22 escolas. Até ao fim, vamos às nossas 49 escolas, com a realização de um investimento na ordem dos 24 milhões de euros, e quando nós acabarmos este programa as nossas EB1 ficarão impecáveis. Depois, temos o problema das escolas do Estado central, e aí a questão é diferente. Agora, o que posso garantir, e isso já foi falado, mesmo tratando-se das escolas do Estado, mas que chova lá dentro, que as cozinhas não tenham condições de higiene e os ginnodesportivos estejam fechados, nós intervimos. Nós não convivemos com situações destas, mesmo que possa custar entre 5 a 7 milhões de euros a mais. O que não podemos é manter e conviver com situações dessas. Portanto, as nossas escolas, tanto as que são da nossa responsabilidade como aquelas que sejam do Estado central, nós fazemos, mas em relação aos assistentes técnicos, temos esse problema, e há baixas de assistentes técnicos, subitamente, de um momento para o outro, o que não nos permite ter o tempo necessário para colmatar estas situações. Também temos que reconhecer que o trabalho de assistentes técnicos não deve ser fácil, em algumas escolas, mas a verdade é que temos esse problema e temos de o resolver. Em termos de segurança, quero dizer-lhe que, na semana passada, estivemos um encontro com os Comandantes e todos os responsáveis por cada posto da PSP e da GNR. De entre alguns temas que foram debatidos, um deles foi esse. Vou contar-lhe uma situação que aconteceu aquando da presidência aberta a Casal de Cambra. Fomos visitar a escola, e as duas motinhas de segurança às escolas estavam paradas, havendo uma delas que nem tinha bateria. Quando eu disse para adquirirem a bateria responderam-me que não era possível, que a bateria só pode ser dada se a PSP, ou a direção que trata dos bens, aprovar que aquela bateria é boa e isso demora não sei quanto tempo. Bom, é isto que nós estamos a ter como inconvenientes. E estes são mais complicados. Temos

.../...

260 mil euros para carros de Polícia, porque não há carros em número suficiente. Por exemplo, Casal de Cambra não tem um único carro da Polícia porque o processo está no ministério há não sei quanto tempo. Agora, temos uma promessa de desbloqueamento por parte da senhora Secretária de Estado. Vamos aguardar, mas como vê, mesmo dando o dinheiro, o que seria se não o déssemos.-----

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: São só 3 assuntos que me trazem aqui. O 1º para reforçar a intervenção do município de Alvarinhos sobre o PDM. O senhor Presidente sabe o que é que eu penso sobre o PDM, já o expressei em reunião própria, e queria pedir os bons ofícios de Vossa Excelência, a sua humildade, o seu saber, e pense muito pela sua cabeça e compreenda os saloios porque, o que está em causa, vem prejudicar muito e muito. O senhor Presidente sabe o que eu penso, já lho transmiti mais do que a vez, e hoje reforço. Visando, também, reforçar a intervenção da senhora Deputada Ana Valente, sobre o perigo existente na ligação rodoviária entre Janas e Fontanelas, que eu, aliás, já tinha reportado ao “Sintra Resolve” faz algum tempo, que tapou os buracos, mas não eliminou os altos provocados pelas raízes dos pinheiros, o que, realmente, é muito perigoso. Por último, também venho falar do lixo, não daquele que encontramos junto aos contentores porque, esse, é um assunto que todos já conhecem. O que eu pretendo é deixar, aqui, uma palavra de agradecimento e de felicitações a todos os funcionários dos SMAS que estão neste setor, pelo seu brio profissional, pelo seu empenho e pela sua dedicação, porque lutam com falta de meios técnicos e humanos, mas têm conseguido recolher muito e muito lixo. Se não fosse este profissionalismo destes funcionários, tínhamos o dobro ou triplo do lixo em qualquer rua, junto de qualquer contentor. Peço ao senhor Presidente que transmita aos SMAS estas minhas palavras de felicitação e de agradecimento. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor deputado, Adriano Filipe, não é preciso pedir porque eu já o fiz. Estive nos SMAS, na quinta ou na sexta-feira, e tive ocasião de dizer isso mesmo, de os felicitar. Em relação ao lixo, há aqui 2 tipos de preocupações: há quem reclame com alguma razão porque há algum lixo, mas há também quem faça do caso do lixo uma questão de atribuição dessa realidade aos SMAS, porque, antes, não era assim – mas estão muito enganados porque nós não mudamos a nossa política. Nós confiamos nos SMAS, que estão a fazer tudo o que é possível fazer, aliás, estão a melhorar a situação, e já temos um conjunto de ações que estão prontas, algumas já estão no terreno, e o problema do lixo não é só de Sintra. Em Lisboa é muito pior, no Porto, em Oeiras, no Seixal, em Cascais, onde não tinha nenhum problema com o lixo e também já estão a ter embora haja vários fatores que explicam isso. De qualquer maneira, e uma vez que foi aqui falado, gostava de prestar um esclarecimento à Assembleia sobre esta importante matéria. Desde o início do ano, nós tivemos um aumento do lixo na ordem dos 5,6 por cento. E este aumento do lixo é superior ao total dos últimos 4 anos, é desta ordem de grandeza que estamos a falar. Esta situação tem várias explicações, umas conjunturais, como o verão, outras, que não são conjunturais, como seja o aumento do poder de compra que leva as pessoas a terem um outro tipo de intervenção, mudando as mobílias ou fazendo uma série de despesas que, antes, não faziam. E depois, só no ano passado, tivemos 5 milhões de visitantes. Este ano vamos ter mais. E é claro que esses visitantes também produzem lixo, com particular incidência nas grandes cidades, mas para dar vazão a isso, sob pena de nós termos na nossa zona urbana uma desgraça igual à de Lisboa, nós tivemos que deslocar meios para a zona urbana, caso contrário, estávamos numa situação absolutamente insustentável. Entre janeiro e julho, os SMAS recolheram mais de 5 mil toneladas de lixo, aumento que é superior ao total dos 4 anos anteriores, como já disse. Toda a

frota de recolha de lixo urbanos vai ser renovada. São mais de 40 veículos que vão substituir camiões, alguns deles, com mais de 20 anos. A nova frota entra em serviço em janeiro de 2019, e representa um investimento, repartido ao longo dos próximos 8 anos, de cerca de 25 milhões de euros. Criámos uma equipa da Polícia Municipal, que se dedica à fiscalização do depósito ilegal do lixo. Criámos nove zonas de intervenção da Polícia Municipal, nomeadamente, nas Freguesias de Colares, Sintra, São João das Lampas e Terrugem, Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, Algueirão Mem Martins, Rio de Mouro, Agualva e Mira Sintra, Casal de Cambra, Queluz e Belas – são, portanto, nove zonas de intervenção. Criámos 2 patrulhas permanentes divididas por 3 períodos, das 7h00 às 13h00, das 13h00 às 19h00 e das 19h00 à 1h00 da manhã. Na 1ª semana, foram levantados 11 autos de notícia por contraordenação em flagrante delito. A repressão está aqui, e não vai ser pouco, com as multas que vão ser aplicadas pela Câmara, e não por outras entidades. Nós, no dia 27 de setembro, vamos apresentar na Vereação uma proposta no sentido de dotar cada freguesia do concelho de uma carrinha e 2 funcionários dedicada, apenas, à recolha de monos e verdes. Protocolos serão levados a reunião de Câmara, ainda durante o mês de setembro, e representam um investimento de cerca de meio milhão de euros, no primeiro ano, e de 308 mil euros no segundo ano, despesa a ser repartida entre nós e os SMAS. Já agora, e dando uma explicação ao senhor Deputado Ponce Leão, a propósito de uma questão que levantou sobre a grua, não tem grua, mas tem um elevador, ou seja, o lixo dos contentores é colocado num elevador que o deposita na carrinha e aí não há aumento de custo algum, até porque, se houvesse uma grua, não era possível ter carrinhas de 3.500 quilos, que são as que vamos ter. Depois, vamos ter uma campanha de sensibilização, que já está em curso e, finalmente, também está em curso o reforço da contratação de mais 70 trabalhadores para os SMAS, que vão ser admitidos ao longo do tempo. Portanto, temos um conjunto de iniciativas que estão já em curso, e não tendo sido dito, entretanto, estão já 20 trabalhadores da Câmara a trabalhar em conjunto com os SMAS, todos os dias, em regime de horas extraordinárias – são cerca de 670 euros diários que pagamos em horas extraordinárias -, no sentido de começar já a tirar os montes de lixo que estão fora dos contentores. A situação já está claramente a melhorar e vai, com certeza, melhorar substancialmente. Portanto nós esperamos que, até ao fim deste ano, essa melhoria seja, talvez, a melhor da Área Metropolitana de Lisboa.-----

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Na área da União de Freguesias de Sintra, em São Martinho, há uma empresa do nosso concelho que despeja verdes, diariamente, junto à rotunda do Carrascal. O mesmo acontece, também diariamente, junto à Escola de Morelino, e na estrada de Monserrate que vai para a Eugaria, é a mesma coisa. No alto das Cavalhadas, ao pé de um poste, todo ele envolvido por uma árvore, e que eu coloquei no *Facebook* e no *Twitter*, o que suscitou um contacto da administração da EDP questionando-me se não se tratava de uma montagem, ao que eu disse que não e eles ficaram de resolver a situação, mas estão ali 3 camiões. Estou plenamente à vontade para falar disto porque são inúmeros os e-mails que tenho feito chegar ao senhor Dr. Carlos Vieira, a dar-lhe conhecimento com fotografias, diariamente, mas no Carrascal é demais, senhor Presidente.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que o senhor Deputado Adriano Filipe deve tirar uma fotografia da matrícula e enviar-nos. Agora, nós temos 320 quilómetros quadrados de área, pelo que, não é possível ter um polícia em cada situação que surja. Eu já disse que temos 12 polícias municipais a trabalhar entre as 7h00 e a 1h00, todos os dias, e temos, só num período de duas semanas, onze autos de contraordenação em flagrante delito, e vamos continuar a

trabalhar nos 9 pontos de intervenção recentemente criados e já aqui identificados. Diga-me, o que é que quer que se faça mais? -----

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Relativamente à Moção da CDU, no seguimento daquilo que o nosso Presidente da Assembleia disse, eu sou, efetivamente, uma democrata, senhor Deputado Jacinto Domingos e, portanto, acho que a discussão é produtiva e deve crescer, mas deve crescer em todos os sentidos. E não é, nós, numa conferência de líderes, combinarmos que não se vai fazer uma apresentação de moções, porque essa discussão passaria para uma próxima Assembleia Municipal e, hoje de manhã, sou surpreendida com a moção. Passando a outro ponto, antes do verão, eu tive uma reunião com uma cooperativa, em Queluz, que se chama “O Nosso Lar” - e tenho a impressão que o senhor Presidente conhece e que sabe do que estou a falar -, tendo havido algumas questões que foram levantadas e eu gostava de perceber se, efetivamente, aquilo que ouvi é verdade, ou se aquilo que me disseram que lhes foi prometido pela Câmara é verdade. Assim, gostaria de ter alguns esclarecimentos sobre alguns temas específicos, e se não tiverem condições de responder, neste momento, esperarei sem qualquer tipo de problema. Os senhores da cooperativa falaram de um parque infantil que estava prometido por este executivo e que não foi construído. Efetivamente, eles têm um parque infantil e o que penso que haja a fazer é a requalificação do parque que já existe, provavelmente, danificado. Eu estive no local e não me pareceu, mas de qualquer das formas, eu gostava de saber o que é que se passa com o parque infantil e a promessa de que eles falam. Outra situação de que se queixaram foi que o sistema de rega tinha sido desligado pela Câmara Municipal e que eram os moradores que regavam os espaços verdes comuns da urbanização. Queixaram-se, inclusivamente, da falta de limpeza de uns terrenos baldios que estão próximos de um polidesportivo, que eu visitei e, efetivamente, há o risco de poder acontecer um incêndio o que deixa as pessoas alarmadas com esta situação. O próprio polidesportivo que, depois, constatei que era um ringue, tem a vedação degradada, inclusivamente, há ferros soltos à altura de crianças que utilizam esse espaço para brincar, o que me pareceu perigoso. Se não podem reparar, pelo menos, mandem vedar aquilo, ou que alguém faça alguma coisa, porque é perigoso e pode pôr em risco a vida de uma criança. Relativamente ao lixo, reconheço que, efetivamente, a equipa dos SMAS deve ter alguma dificuldade em conseguir cumprir as tarefas que temos necessidade iminente. Entendo que existam problemas com equipamentos, e tenho tentado estar ao corrente para não acusar injustamente o senhor Presidente, que por vezes fica tão incomodado com as minhas observações relativamente ao lixo. Devo salientar que, hoje, falei com a Polícia Municipal e fiquei com a noção de que já houve processos de autuação, pelo que dou os meus parabéns, porque, finalmente, se consegue ter a coragem de autuar estas pessoas que praticam o que, em meu entender, é um atentado à civilização. Se nós aprendemos que devemos dividir o lixo e devemos colocá-lo nos lugares próprios, e as pessoas despejam sofás ao pé dos caixotes do lixo. É necessário que os SMAS os removam com os meios adequados, pelo que se impõe sensibilizar as pessoas. Entendo que há um acréscimo, estamos numa altura sazonal diferente e agressiva relativamente ao tema, sei que há muita gente que tem feito obras e que tem despejado monos nos caixotes, mas este método não é eficaz, senhor Presidente. Espero que esta delegação às juntas de freguesia venha solucionar o problema e, como município, agradeço o investimento.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhora Deputada, em relação ao polidesportivo, ouvi-a com atenção, e vamos informar a Câmara da Amadora para fazer

isso porque esse equipamento está na Amadora, não está no nosso concelho. Em relação ao lixo, agradeço o que diz, mas quero dizer-lhe que não fico nada melindrado consigo quando fala no lixo e só ficaria triste se a ouvisse defender o passado, aí, ficava triste. Isso é que era complicado, defender aquele enorme défice, de tantos anos, que nós todos pagamos. Mas como não defende, e bem, nós estamos atentos às suas críticas e cá estamos para resolver o melhor que sabemos. É claro que, como disse e muito bem, há uma grande falta de civilização, bastava que as pessoas comunicassem à Câmara, e esta encarregar-se-ia da remoção. É certo que, por vezes, a resposta demora algum tempo, e há pessoas que não estão para esperar 5 a 7 dias, às vezes mais, isso é verdade, temos que melhorar esse serviço. E, depois, temos um outro problema que não referiu, mas faço-o eu, que é o problema da lavagem dos contentores que o que representa um problema sério. Até agora, não temos tido a possibilidade de o fazer, dado este enorme afluxo de trabalho que temos tido, mas está na agenda fazermos isso, é uma prioridade. Quanto à cooperativa, quero dizer-lhe o seguinte: não houve, pelo menos da minha parte, nenhuma promessa do parque infantil, com toda a franqueza lho digo, e já lá fui. Agora, o que me é dito é que precisa de reparação, e como nós estamos a reparar quase todos os parques infantis, quando a Junta de Freguesia nos chamar à atenção, não deixaremos de o fazer. A rega está em concurso público, e quanto ao Jardim, a Câmara está a tratar dele agora. Em relação à cooperativa “O Nosso Lar”, o que é importante é o que nós estamos a fazer ao Lar deles, fazendo as escrituras, isso é que é muito importante. Depois de anos e anos de espera, estamos a fazer isso com preços simbólicos, estamos a regularizar a vida de dezenas e dezenas de pessoas. Dr.<sup>a</sup> Eunice, isso é o mais importante de tudo. -----

--- O Líder do BE, **Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Quero saudar todos pela abertura do ano escolar e deixar uma saudação muito especial a pais, mães, encarregados de educação, alunos e alunas, professores e professoras, funcionários e funcionárias. O Bloco de Esquerda deseja que seja um ano escolar profícuo, cheio de sucesso, e que contribua para um futuro melhor para todos. Sobre a questão do ano escolar e do funcionamento das escolas do concelho, trazer um assunto de que já falamos no início deste ano de 2018 a esta Assembleia, que tem a ver com os assistentes operacionais das escolas. Na altura, questionamos a Câmara sobre a existência de pessoas a desempenhar funções de assistente operacional, ao abrigo dos contratos emprego-inserção. Solicitámos informações sobre o número de pessoas que estariam nessa condição e incentivamos a Câmara a legalizar estes contratos de precariedade e a reconhecer que desempenham funções necessárias às escolas do Concelho. Na altura, foi-nos dito que seriam algumas dezenas, e que estando acima dos rácios, não desempenhavam funções consideradas essenciais, pelo que a Câmara não considerava a hipótese de os integrar nos seus quadros. Foi ainda dito que, quando se colocasse a situação, iria ser revista a necessidade destes contratos emprego-inserção nas escolas do Concelho. E a pergunta, neste início de ano letivo é: foi ou não foi reequacionada a existência de contratos de emprego-inserção nas escolas do concelho? E, se existem trabalhadores nessas condições, quantos são e o que é que se vai fazer com eles em termos de quadro? Esta é a 1ª questão. O senhor Presidente fez um apontamento sobre as baixas dos assistentes operacionais. De facto, temos tido nota de que muitos assistentes operacionais em algumas determinadas escolas do concelho têm apresentado baixas recorrentes, eu penso que seria interessante se a Câmara de Sintra fizesse um consórcio com uma universidade e fazer um estudo sobre essas situações, perceber as razões destas baixas e o que é que se pode fazer para responder a estas situações. Outro assunto que queria abordar tem a ver com a circulação na linha de Sintra. Há já largos anos que o Bloco de Esquerda vem alertando - e eu, quando estive na Assembleia Municipal há uns mandatos atrás, fi-lo

recorrentemente -, sobre a degradação dos serviços da linha de Sintra. No início do verão, fomos surpreendidos, e eu trouxe também o problema a esta Assembleia, com o anúncio de cortes, nas ligações na linha de Sintra, durante o período estival. Ora bem, esses cortes existiram, prejudicaram muito os utentes e as utentes da linha com o aumento dos tempos de espera, com os comboios mais lotados e, sobretudo, não viram melhorias no serviço. Acontece que já passou o período de verão, já passámos a data prevista para a suposta reposição dos horários antigos, mas essa reposição ainda não foi feita, ou seja, continuamos com a linha de Sintra a funcionar com os horários ditos de verão, e agora que começou o ano letivo ainda se sente mais, o que é um bocadinho incompreensível porque uma linha que tem tanta procura, não só de utentes diários como de turistas, não merecia cortes, mas sim reforço. Portanto, eu queria interpelar o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber que conhecimento é que tem desta situação, e que ações tem previstas para ver se é possível um reforço, o mais rápido possível, do serviço de comboios na linha de Sintra? Última nota, esta sobre a moção que a CDU trouxe e que não foi admitida a esta Assembleia. De facto, o nosso Regimento diz que as moções devem ser entregues com antecedência para as forças políticas tomarem conhecimento delas. A questão das 24 horas e dos dias úteis apresenta um vazio legal. Contudo, nós não teríamos tido qualquer objecção em discutir e votar esta Moção, cujo tema é um tema importante, é um tema interessante e é um tema relevante para o Município. Bem sei que há um acordo entre as forças desta Assembleia para, dentro de algumas semanas, discutir o tema com a profundidade necessária numa sessão da Assembleia, mas, de facto, não considero que tenha havido qualquer situação que limitasse a apresentação da moção, e até acho que, a bem da Democracia e do plural debate, a deveríamos ter aceite, como exceção ao horário previsto, e deveríamos tê-la discutido. Mas não foi essa a decisão da maioria, cá estaremos para, em outra altura, a discutir e apresentar as nossas preocupações.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação aos assistentes técnicos e aos contratos de emprego-inserção, neste momento, não temos. Agora, senhor Deputado quero dizer-lhe o seguinte: muitas das pessoas que estavam em contratos de emprego-inserção, concorreram e entraram. Não tenho comigo qual é o número exato, mas a verdade é que houve uma orientação expressa para que as pessoas com contratos de emprego-inserção concorressem, tendo muitas delas entrado, penso que a maioria, através do devido concurso. Ainda nesses contratos, também há, julgo eu, contratos que têm a ver com deficientes, em número enquadrado nos projetos de empregabilidade que temos para deficientes no “Sintra Inclui” e Sintra Integra”. Agora, quanto ao estudo sobre as baixas, será uma boa ideia, vamos ver mas, teríamos que fazer o mesmo tipo de estudo para os motoristas dos SMAS e para outras entidades, mas a explicação nós sabemos bem qual é. Quanto à linha de Sintra, eu quero dizer-lhe que veio cá o Secretário de Estado, que esteve a discutir este problema connosco, uma discussão séria, aborrecida e incómoda, e a única coisa que se conseguiu foi que o maior atraso fosse de 15 minutos. Há um atraso de 30 minutos do comboio que parte de Meleças para a estação do Oriente, no Parque das Nações, e aí, os comboios passaram a ser de 30 em 30 minutos, ao invés dos 15 minutos. No resto, há um atraso de 15 minutos em relação aos comboios que existiam. Portanto, foi garantido que, em outubro, com a abertura do ano letivo, este regime transitório acabaria, voltando ao anterior. Foi dito que esta necessidade resultara da falta de equipamento, e nós sabemos o que se passa com o equipamento ferroviário e com a falta de investimento na ferrovia, durante muitos anos, e agora há problemas seríssimos dentro e fora da CP. Nós podemos fazer pressão sobre o Governo, mas, aí, não nos podemos substituir ao Governo porque não temos essa capacidade financeira. A verdade é que temos que

continuar a batalhar sobre isso, porque não é uma questão de Sintra, é uma questão do país, como sabe. Quanto à descentralização, uma vez que focou este tema, não querendo estar a discutir, quero dizer-lhe que quando a lei apareceu, a ideia era nós fazermos uma proposta de não aceitação de nenhuma competência para 2019, primeiro, porque não sabíamos quais eram os decretos-lei setoriais; em 2º lugar, porque nós entendíamos que aquilo que estava na lei-quadro era insuficiente para aquilo que nós precisávamos, nomeadamente, no setor da Educação mais do que em outros setores; e em 3º lugar, porque o conceito de descentralização que a lei-quadro consagrava, não era o mesmo conceito de descentralização que nós achávamos que devia ser adotado. Fundamentalmente, eram estas as três razões que levavam a que nós obtivéssemos uma deliberação da Vereação, e na Assembleia Municipal, para não aceitar, em 2019, nenhum tipo de competências. E mais, nós não tínhamos sequer tempo, porque descentralizar em Sintra não é a mesma coisa que descentralizar em Moimenta da Beira ou em Freixo de Espada à Cinta. Nós temos de olhar para o impacto que a descentralização tem nos nossos serviços, e temos de preparar os nossos serviços para uma resposta adequada, não é só olhar aos meios, porque nós só podemos ter competências se tivermos a consciência certa que as exercemos tão bem ou melhor que o Governo. Não podemos assumir responsabilidades que sabemos não poder exercer com o mínimo de dignidade, esta é uma questão fechada. Entretanto, vem uma decisão do Governo, que nos é transmitida pela DGAL, dizendo que a data de 15 de setembro ficava fora de causa e que, até essa data, deixávamos de ser obrigados a decidir. Assim sendo, nós entendemos que não devíamos antecipar e propor já a não aceitação, porque era precipitado dizê-lo já sem conhecermos os decretos sectoriais, tendo em consideração que, no dia em que dissermos que não queremos assumir nenhuma responsabilidade, Sintra fica fora da discussão desses decretos setoriais, e nós queremos estar dentro da discussão dos decretos sectoriais. Portanto, não nos podemos precipitar, nem eu estou à vontade para dizer que não quero sem ver o decreto. Agora queremos conhecer, e depois de conhecido o decreto vamos analisar, vamos debater na Vereação, vamos debater aqui, na Assembleia Municipal, que é onde dever ser debatido e, depois, tomaremos uma decisão, mas com todos os elementos na mão. Tomar uma decisão agora, na minha opinião, era precipitado, inútil e prejudicial para a nossa intervenção no debate da descentralização. -----

--- O **Líder do PAN, Deputado Bernardo Ramos Gonçalves**, referiu: Primeiramente, não poderia deixar de assinalar a importância de se ter formalizado, e publicado, o procedimento para aquisição e disponibilização das verbas ou quantias compensatórias, ou solidárias, destinadas às associações de animais do Concelho, que já as aguardavam há vários meses. Estas associações executam e desenvolvem um trabalho, efetivamente, relevante para a causa animal e contribuem para solucionar problemas de segurança pública e bem-estar animal, tudo, de forma absolutamente empenhada e irrepreensível. Agora, em relação às matilhas da Beloura e de Colares, o PAN tem conhecimento que a armadilha de captura foi colocada, primeiramente, na Beloura, e recentemente foi transferida para Colares. Pretendíamos saber qual é o ponto de situação na Beloura, ou seja, quantos animais foram capturados e como se procedeu a essa captura? No caso de Colares, tenho a informação de que a publicação do edital, com a informação de que se irá proceder à recolha dos animais, é recente. Contudo, tivemos conhecimento, por parte de alguns municípios de Colares, que têm aparecido animais mortos associados à matilha de Colares, nomeadamente, cachorros, aparentemente, envenenados, depois da comunicação social ter transmitido algumas imagens da matilha, também recentemente. Em relação a esta situação, só pretendíamos saber se esta se verificou efetivamente, e se sim, se foram feitas necropsias aos animais, e se as mesmas obtiveram resultados?-----

---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Antes de mais, agradeço a sua intervenção porque me permite dizer o seguinte: o Dr. Quinta Nova tem feito, neste domínio, um trabalho de uma importância enorme, excecional, porque a verdade é esta, nós não estávamos preparados para o que aconteceu no Concelho, com matilhas de cães em Colares, em Massamá ou na Beloura, sabe isso tão bem como eu. E a verdade é que, através de um trabalho notável que tem sido feito pelo Dr. Quinta Nova e pela sua equipe, nós temos, neste momento, o seguinte: em Colares, a matilha foi toda recolhida; na Beloura, foram recolhidos onze cães, e só faltam 5; e em Massamá, vão ser recolhidos agora. Quando se concluir este processo, Sintra fica sem matilhas, tornando-se no primeiro concelho do país onde isso acontece. Portanto, nós temos que reconhecer o trabalho que foi feito, e mais ainda, como sabe, o alargamento do canil foi feito em tempo recorde para acolher esses cães, capacidade que nós não tínhamos. E depois, como diz e muito bem, o investimento de 75 mil euros que se fez junto das associações privadas é fundamental. Por tudo isto, esta matéria foi tratada pela nossa Câmara de forma exemplar, e é bom frisar que esse trabalho foi desenvolvido pelo Dr. Quinta Nova e pela sua equipe, sob pena de termos um problema em Sintra muito pior do que o do lixo, uma tensão resultante de matilhas soltas pelo concelho todo, aí é que nós teríamos um problema muito sério. Mas este problema das 6 matilhas foi atalhado e resolvido, e da maneira como foi, sem matar cães e protegendo os animais como, seguramente, é sua intenção e nossa, porque eu acho que um país, e um território, que não consegue respeitar os seus animais não se respeita a si próprio.-----

---

--- O **Presidente da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Como o senhor Presidente sabe, a Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, e eu próprio, temos todo o gosto em partilhar esta delegação de competências com a Câmara e com os SMAS, aliás, desde a 1ª hora que estive sempre de acordo que só um trabalho de maior proximidade consiga ajudar o SMAS a resolver tamanho flagelo. Também sou da opinião que mais de 50% da responsabilidade pelo estado atual desta situação, não só no nosso concelho como em outros, é culpa de muita gente que não tem o mínimo de educação nem vergonha em transformar os nossos pontos de recolha de lixo em autênticas estrumeiras. Eu assisto, um pouco por toda a minha freguesia, a carros, carrinhas e camionetas, muitas Ford Transit carregadas de latas de 20 litros de entulho, que vêm de Oeiras, Cascais e Amadora, e pelos pinhais da Assafra e de Fontanelas, despeja-se por tudo o que é sítio. Assim, não há hipótese, não há empresa nenhuma, sejam os SMAS, seja quem for, que consiga resolver a situação. Contudo, senhor Presidente, vim aqui para lhe pedir um grande favor, ou seja, que antes do assunto ir a Reunião de Câmara, falasse comigo para que nós possamos, em relação a algumas questões técnicas, discutir determinadas situações, porque no meu executivo achamos que há pequenas coisas que têm que ser alteradas. Foi-me comunicado que estava previsto fazermos a limpeza de monos, mas na proposta que me foi feita, já não é, porque se refere à limpeza de resíduos junto aos equipamentos de deposição de resíduos do sistema municipal. Isto é impossível, e eu posso mostrar-lhe fotografias que ilustram onde estão monos, verdes, lixos orgânicos e outros tipos de depósitos. Como é que nós conseguimos fazer esse trabalho só com 2 pessoas? Trata-se de questões técnicas que eu não queria estar a pôr aqui, pelo que lhe pedia, que fizesse o favor de discutir comigo todas estas situações, bem como o valor a entregar às freguesias que, na minha ótica, não é o suficiente para podermos realizar o trabalho. De qualquer modo, estou ao lado da Câmara, como sempre estarei, para resolver estes problemas.-----

---



---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado Ponce de Leão, primeiro, não há uma delegação de competências, antes, uma partilha de responsabilidades, o que é uma coisa diferente. Vamos partilhar responsabilidades com quem as queira partilhar connosco, porque ninguém é obrigado a fazê-lo. Nós entendemos que queremos partilhar responsabilidades com as juntas de freguesia porque não éramos capazes de o fazer sozinhos. Antes, não havia nada, agora, há este primeiro passo, o que não quer dizer que seja o passo definitivo porque, depois, temos que adaptar e ajustar às realidades de cada freguesia. Agora, o diálogo com as juntas de freguesia tem acontecido, e o Dr. Carlos Vieira tem mantido esse diálogo, é a informação que tenho. Mas se for necessário mais diálogo, mais diálogo haverá, porque nós não queremos de maneira nenhuma que haja uma aprovação em que as Juntas não estejam conscientes do que está a acontecer e do que vai acontecer. Agora, parece-me melhor ter um carro que passa a ser propriedade da junta, operado por 2 funcionários da Câmara, a quem nós pagamos, como pagaremos todas as despesas do que não ter nada. Depois, se forem precisas mais coisas, cá estamos nós para ouvir e para adaptar. Agora, é verdade, é uma tentativa de partilhar responsabilidades, porque nós não delegamos competências. Agora a responsabilidade, pedimos o favor às Juntas para a partilharem connosco. -----

---

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Eu quero dizer à senhora Deputada Eunice que não tenho dúvidas em como é democrata, como não tenho dúvidas em relação a qualquer dos senhores vereadores, deputados ou funcionários que aqui estão. Se tivesse estado atenta à minha intervenção, teria percebido que eu a termino dizendo que a decisão que tomaram é legítima e democrática, podendo não concordar com ela, mas reconhecendo-lhe toda a legitimidade. A senhora Deputada não me ouviu dizer, em sede de conferência de líderes, que não traria nenhuma moção nem falaria sobre o assunto. O que me ouviu dizer foi que era nosso entendimento, dadas as razões da alteração da lei, nomeadamente, na área dos setores que iam ser transferidos, que havia todo o interesse em discutirmos essa matéria, mas que, dado que os demais líderes de bancada entendiam não o fazer, que tinham esse direito, porque a CDU, por si só, não tem a possibilidade de agendamento, precisando de um quinto. Portanto, o que eu disse foi que, certamente, não íamos fazer a discussão da marcação de uma Assembleia para este tema, e nunca coloquei a não possibilidade de entregar o documento que pudesse ser discutido e votado. Aproveitar, também, para agradecer ao senhor Presidente por ter iniciado esta discussão. Não foi aprovada a moção, mas o senhor Presidente iniciou a discussão, e temos que a discutir. Na nossa opinião, esta é uma matéria para ser discutida antes dos decretos sectoriais, para ser discutida enquanto podemos influenciar antes de ser decidida, sendo importante podermos dizer alguma coisa.-----

---

--- O **Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, Deputado Pedro Alexandre de Oliveira Brás**, referiu: O senhor Presidente falou aqui na questão do lixo e, depois, o senhor deputado, Ponce Leão, veio falar do protocolo de colaboração que está em cima da mesa. Parece-me importante destacar aqui duas ou três coisas. Em primeiro lugar, a questão do lixo é uma guerra de todos, não tendo cor política ou visão partidária. É uma guerra de todos, e todos nós temos que estar envolvidos nisso. Exatamente por isso é que não se trata de uma delegação de competências, como o senhor Presidente referiu, mas o “arregaçar as mangas” e colocarmo-nos ao lado dos SMAS, numa conjugação de esforços, nesta partilha de luta que temos que enfrentar para combater aquilo que tem sido o comportamento menos

simpático, não só dos nossos concidadãos como, também, como o Ponce Leão frisou, de outras pessoas que, vindo de outros concelhos, fazem de Sintra o seu depósito, o que nós não podemos permitir. Portanto, aquilo que está em cima da mesa é esta partilha de responsabilidade, de irmos à luta contra um cenário que é devastador, quando passamos nas nossas ruas, quando passamos pelo nosso concelho, que não se resolve retirando poder aos SMAS. Antes pelo contrário, reforçar com as juntas de freguesia o papel determinante que cada um de nós tem no seu território para que o trabalho dos SMAS seja mais eficaz onde tem de ser e podermos partilhar esta responsabilidade de lutarmos por um concelho limpo e mais saudável para todos os que aqui habitam.-----

--- A **Deputada Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas**, do **PSD**, referiu: Não querendo ser maçadora e repetitiva, mas pegando um bocadinho nas palavras do senhor Presidente de Junta Pedro Brás, efetivamente, já todos percebemos pelas intervenções que me precederam, que este problema que constitui o tema da recolha do lixo no município de Sintra é, efetivamente, uma preocupação de todos, é uma preocupação constante, e tem sido divulgada nos mais diversos meios de comunicação social e nas redes sociais. Fazendo jus ao início do que aqui disse, não poderia deixar, em meu nome e do grupo político que represento, do Partido Social Democrata, de tecer alguns considerandos. É verdade, como aqui foi dito, que assistimos a uma enorme falta de civismo de alguns dos munícipes, é um facto, mas não é menos verdade que também está demonstrado, e não é a primeira vez que, nesta casa, ao longo dos últimos tempos, este tema tem vindo aqui repetidamente e, portanto, como eu dizia também não é menos verdade que, a par dessa falta de civismo, não tem havido capacidade de resposta dos serviços. Eu trazia aqui uma pergunta, que agora vou reformular porque, há pouco, o senhor Presidente fez a gentileza de avançar com parte da resposta que era, volvido este tempo e constatando a realidade que temos, perguntar quais são as medidas que a Câmara está a pensar adotar e pôr em prática, face à manifesta insuficiência e incapacidade de resposta, que todos temos vindo a assistir? Congratulamo-nos com o que o senhor Presidente disse, designadamente, que a partir de janeiro de 2019 haverá um reforço da frota, em termos de aquisição de camiões e da contratação de 70 trabalhadores. O que queremos crer é que, daqui a um ano, estejamos aqui, não para apresentar o tema desta forma, mas para dar os parabéns pela realidade melhorada. E não poderia sair daqui sem mostrar o nosso apreço aos trabalhadores dos SMAS porque, efetivamente, não poderão fazer mais do que têm feito, uma vez que, e Vossa Excelência já aqui o disse, irão ser contratados mais 70 trabalhadores para reforçar a frota dos camiões. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que esta discussão pode ser tomada em dois sentidos, ou até em três. Uma, é discutir seriamente este problema. Outra, é pegar neste problema como arma de arremesso político. São duas coisas diferentes, todas legítimas, mas temos que as distinguir. Vir falar em incapacidade de resposta e, depois, louvar os SMAS?! Não há nenhuma incapacidade de resposta, o que há é uma situação anormal, claramente anormal, para a qual as pessoas não estavam preparadas, nem em Lisboa, Oeiras ou Seixal, ninguém estava preparado. Nós não estávamos preparados para um aumento, de janeiro até agora, superior aos 4 anos anteriores, e mesmo que fosse com um outro sistema qualquer, aconteceria o mesmo, ou pior. Portanto, não há incapacidade, o que há é a necessidade de uma resposta imediata, como é a que está a acontecer e, neste momento, a situação está melhor, é visível. Hoje, há 20 trabalhadores da Câmara que estão com os SMAS, em Pero Pinheiro, a tirar o lixo. Nós, no Natal, tivemos uma coisa semelhante. E como é que foi feito? Foram os SMAS, com os nossos trabalhadores, a tirarem lixo à mão para cima de Pickup's.

Portanto, nós sabemos como é que resolvemos as crises, pelo que não há incapacidade nenhuma, mas sim uma necessidade de ajustamento dos SMAS a uma nova realidade, o que está a ser feito. Quanto aos carros, são 40 que chegam em janeiro, porque há carros com mais de 20 anos. E não se remodelou antes porque, como sabe, há concursos que vão a Tribunal de Contas, e esta decisão foi tomada no início do ano, mal terminou o acordo que existia com os privados, e são 40 carros novos que vão custar menos do que custavam anteriormente. Quando estava a HPEM, nós tínhamos, para metade do concelho, tantos carros como hoje temos para o concelho todo. Portanto, nós temos um problema, como o têm os outros concelhos, mas muito menor do que Lisboa. É preciso ver que o nosso não é um caso isolado, mas estamos a responder e vai melhorar. Quando ocorre uma epidemia grave, de um momento para o outro, não podemos afirmar que os hospitais são incapazes de resolver, claro há um momento em que não são. O grave é se, depois de acontecer, não aceitarem que se trata de um problema, e depois de aceitarem que há um problema, não serem tomadas as medidas necessárias para o resolver – e nós tomamos medidas e, hoje e aqui, eu falei em todas e ao mesmo tempo. Agora, num concelho com a população e com a área que temos, é difícil conseguirmos que seja exemplarmente limpo. Mas o que é importante é que as pessoas sintam que, no conjunto do concelho, esse problema não existe. Eu, pessoalmente, tenho andado pelo concelho e tenho visto, realmente, uma coisa terrível por todo o lado. Mas, hoje, já não é bem assim, embora ainda existam casos maus, como o senhor Presidente de Junta Ponce de Leão referiu e é verdade. Porque é que vêm despejar entulho de outros concelhos no nosso? Porque já não têm espaço no deles. Perante isto, nós criámos uma brigada do Ambiente, com 12 polícias municipais num universo de 60 que a Câmara tem. 20% da Polícia Municipal está empenhada nesta medida. Quando nós tínhamos 22 polícias municipais, aí, não podíamos fazer nada. Mas nós precisamos de mais 40 polícias municipais para o índice de população que temos. Agora, é verdade, trata-se de um problema que me tem tirado o sono, tem toda a razão, agora falar em incapacidade dessa maneira pode ser mal interpretada. Mas eu estou certo que não era essa a sua intenção. -----

--- **O Presidente da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira**, referiu: Eu queria só reforçar, o já foi dito, incluindo o que foi dito pelo meu colega Pedro Brás, relativamente a esta questão dos lixos urbanos. Quero congratular o senhor Presidente pelo reforço de meios, técnicos e humanos que se prontificou a fazer, e pelo reforço da fiscalização que referiu, muito importante para a redução do sentimento de impunidade que se sente um pouco, e gostaria também de refletir o cenário dantesco que vivemos, se juntarmos as férias, naturalmente, um período de descanso dos funcionários, durante o qual, todos os organismos têm uma capacidade de resposta mais reduzida, ao aumento do poder de compra dos cidadãos que resolveram comprar um pouco e modificar todas as suas casas. Estes cenários que vimos que foram maus, estão claramente melhores, e congratulo-me, senhor Presidente, por ter encontrado nas juntas de freguesia, um parceiro empenhado para a resolução deste problema. Em Agualva e Mira Sintra, há recolha de monos, 2 dias por semana, e a situação funcionava com regularidade, até há pouco tempo. Com esta nova partilha de responsabilidades, vamos passar a ter 2 funcionárias diariamente, havendo um claro reforço de meios, e com uma diferença, havendo, antes, recolha de monos de 2 em 2 dias e, agora, vão passar a estar 2 funcionários, todos os dias, nesta recolha. Agora, são 2, mas no Natal serão 6, porque são seguramente os 2 do município de Sintra, pagos pelo município de Sintra, a que se juntam os 4 da Junta de freguesia que estão afetos a este problema. Porque este problema é um problema partilhado, a não ser que se queira tirar dividendos políticos, e eu gostava só de referir um caso pessoal. O presidente da Câmara é responsável por este problema, isto, aos olhos

de quem quiser fazer demagogia. Eu, de forma análoga, que sou Presidente de Junta, nas redes sociais e em toda a zona urbana de Agualva e Mira Sintra, estou a falar da minha freguesia, eu sou acusado de incompetente porque permito este cenário. Eu assumi a responsabilidade, tentei esclarecer a quem quisesse ser esclarecido, mas fiz uma pergunta a uma pessoa: eu, Presidente da Junta, pelo PS, em Agualva e Mira Sintra, sou o responsável. E o senhor Presidente da Junta de São João das Lampas e Terrugem será que faz a mesma crítica, sendo de um partido diferente? Isto porque estávamos a falar de política. E a pessoa respondeu: eu não me preocupo com outra freguesia, só me preocupo com a minha! Ou seja, este problema é um problema conjunto, que existe em todas as freguesias, e se há uma coisa que devia estar fora é a luta partidária pequena. Como foi dito, só quem estiver distraído é que não percebe que isto é um problema que acontece em Sintra, acontece em Lisboa, Cascais, em Albufeira, e por muitas razões. Senhor Presidente, queria só dar-lhe os parabéns, e afirmar a convicção em como a Freguesias de Agualva e Mira Sintra, e penso que todas as Freguesias de Sintra, estarão sempre ao seu lado na resolução desses problemas.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Para além do meu agradecimento ao Carlos Casimiro pela sua intervenção, quero dar mais um esclarecimento: as 70 pessoas que estão a ser admitidas neste momento, não entram todas de uma vez porque, a partir da bolsa de disponíveis, nós conseguimos a possibilidade de os ir admitindo com alguma frequência. E serão admitidos todos os que forem necessários para que os SMAS possam cumprir o seu dever, e isto foi dito na semana passada, tudo o que for necessário será dado, tudo, sem limites, obviamente, dentro daquilo que se justifique, mas não será por falta de meios que as coisas não se fazem.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, submeteu a votação a admissibilidade da **Proposta nº 667-RP/2018 – “Apreciar e votar a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Sintra”, nos termos da respetiva proposta** ao abrigo do artigo 39º, nº 4, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- A **Proposta nº 667-RP/2018** foi admitida por unanimidade .-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: Appreciar e votar:-----

--- **Ata nº 03/18 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 19 de abril de 2018;** -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- A Ata nº 03/18 foi aprovada por unanimidade -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação o Ponto 2. da Ordem de Trabalhos: **“Deliberar: a) Alteração à alínea v) do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; b) Conferir poderes ao Presidente da Assembleia Municipal para dar posse ao Conselho Municipal de Segurança”**. *Proposta nº 3/AMS/2018* -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Proteção de Dados do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património”** *Proposta nº 490-P/2018*. -----

--- O Presidente da Câmara, **Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Não vou fazer, propriamente, uma introdução técnica porque a matéria é muito complexa, mas dizer que este Regulamento demorou muito tempo a ser feito, empenhou muita gente – acho que somos o primeiro Concelho a ter um Regulamento desta natureza -, abrange uma matéria extremamente complexa que vai obrigar a procedimentos que, até agora, nós não tínhamos, mas que o respeito pela Lei assim o exige, sob pena de termos contraordenações que são pesadíssimas neste domínio. Trata-se de um Regulamento que, neste momento, está a servir de exemplo a Regulamentos de outros concelhos. -----

--- O Líder da CDU, **Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente, tenho uma dúvida. Como disse, e bem, este é um Regulamento complexo, e é tão complexo que, à data de entrada em vigor, não havia ferramentas informáticas que o suportasse. Hoje, elas já começam a aparecer, ferramentas caras, que custam à volta dos 40 a 50 mil euros para um programa que possa integrar todo este Regulamento. De qualquer das formas, sendo o 1º, 2º ou 4º, há uma coisa que temos de ver e que tem a ver com o facto de já estar fora de prazo, porque ele já devia estar em vigor, salvo erro, desde fins de julho ou agosto, que era o prazo em que devia ter entrado em vigor – não estou a criticar, apenas a constatar um facto. A dúvida que tenho para ser esclarecida tem a ver com o artigo segundo quando diz, algures, que é à Câmara Municipal de Sintra e aos SMAS que aquele Regulamento é aplicado, ou seja, havendo também a empresa municipal EMES, também de capital total da Câmara, como é que esta fica neste processo? Vai ter um Regulamento próprio ou, sendo uma empresa 100 por cento participada pela Câmara Municipal, se lhe é aplicado este Regulamento. Porque, se for aplicado, então teremos de acrescentar, a seguir a SMAS, as empresas existentes. Por outro lado, o Regulamento também trabalha a figura do Encarregado de Dados, pessoa individual, independente, com formação definida para esta matéria, não podendo ser funcionário da Câmara, como é que vai ser a sua contratação, por concurso público ou vai ser por escolha? Trata-se de uma matéria que me preocupa dado o conjunto de instituições

.../...

envolvidas e as elevadas multas que se aplicam, podendo ir acima dos 5 milhões.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A primeira questão aplica-se aos SMAS. Como sabem, há uma relação da Câmara com os SMAS não apenas pela detenção dos SMAS, mas, também, por força da lei de subordinação do SMAS em vários domínios às decisões desta Assembleia. Como se sabe, muitas adjudicações têm que vir aqui, têm que ser aprovadas ou, então, ratificadas. Portanto, este Regulamento aplica-se a todo o território de Sintra e a todas as unidades orgânicas ou departamentos da Câmara, incluindo os SMAS. No que concerne à EMES, como se trata de uma empresa que, neste domínio, não está dependente da Câmara, o próprio conselho de administração da empresa o adaptará. Em relação ao Encarregado de Dados, vai obedecer às regras da contratação pública em todas as designações, nomeadamente, o início do procedimento pelo valor de “X”, consulta a várias entidades singulares e posterior escolha.-----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do **CDS/PP** referiu: Fiz um apanhado acerca deste Regulamento. O projeto de Regulamento da Proteção de Dados do Município de Sintra espelha, na generalidade, a transposição do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho. No entanto, sabemos que o direito à transparência das informações, das comunicações e das regras para o exercício dos direitos dos titulares de dados, prevê que tanto as informações fornecidas ao titular dos dados aquando da recolha dos mesmos, como as comunicações e medidas tomadas em virtude do exercício dos seus direitos são fornecidas a título gratuito. Contudo, o Regulamento Geral de Proteção de Dados prevê uma exceção a este princípio da gratuidade sempre que os pedidos apresentados por um titular de dados sejam manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu caráter repetitivo, cabendo ao responsável pelo tratamento demonstrar o caráter manifestamente infundado ou excessivo do pedido. Neste caso, o responsável pelo tratamento poderá exigir o pagamento de uma taxa razoável, tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações, da comunicação, da tomada das medidas solicitadas ou, em alternativa, recusar-se a dar seguimento ao pedido. É este caso em concreto que, a meu ver, deveria estar previsto neste projeto pois estou certo que situações destas irão verificar-se futuramente e evitaríamos, assim, ter de arranjar soluções apressadas para, em concreto, corrigir tais abusos. Por outro lado, sabemos que a amplitude de alguma das principais alterações impõem o desenvolvimento de um processo de adaptação interna de procedimentos, rotinas e regulamentação que, na maior parte dos casos, exigem um trabalho prévio de auditoria para identificação dos pontos críticos e necessidades específicas de adaptações, que podem implicar em alguns casos o redesenho de soluções e, em todos eles, o planeamento e execução de ajustamentos que exigem tempo, pois a esmagadora maioria dos serviços prestados pela Câmara e pelos SMAS envolvem dados pessoais e que a proteção dos mesmo incide na recolha, tratamento, conservação, apagamento, divulgação e consulta dos dados pessoais. Efetivamente, é na recolha que dificilmente irá ser cumprido o Regulamento Geral de Proteção de Dados na sua amplitude, cuja falta de privacidade no atendimento presencial dos munícipes com os atuais modelos de atendimento assentes numa filosofia de balcão corrido ou de stand de feira, não dá garantia aos munícipes do direito à proteção dos seus dados pessoais. Aqueles modelos de atendimento desrespeitam a privacidade dos munícipes e restringem os seus direitos. Os cidadãos são atendidos lado a lado e, pela inexistência de barreiras que isolem o som, por mais baixo que se fale, ouve-se tudo o que dizem, uns e outros. Não será compreensível que se proceda a partir de agora a quaisquer reorganizações de atendimento da Câmara Municipal de Sintra e dos SMAS, mantendo o modelo que

cumulativamente não cumpre as obrigações do Regulamento Geral de Proteção de Dados e não se encontra adequado para os serviços que são prestados aos cidadãos. Seria verdadeiramente deitar dinheiro fora. O desenho do novo modelo de atendimento deve ser feito com base numa filosofia completamente diferente, que reflita as preocupações suprarreferidas. Tomamos como bom exemplo os mini gabinetes de vidro existentes em algumas dependências da Caixa Geral de Depósitos, que permitem, simultaneamente, a transparência do atendimento aos cidadãos e a recolha dos seus dados pessoais com privacidade. Esta espécie de mini gabinetes deve ser implementada no *Front Office* sob pena de se correr seriamente o risco de não se ter capacidade de resposta caso os munícipes comecem todos a exigir atendimento com privacidade, o que é cada vez mais previsível que venha a acontecer atenta a maior consciencialização da sociedade para este assunto e para os riscos que lhe estão associados. Basta irmos aos balcões de atendimento do Gabinete de Apoio ao Município ou dos SMAS e assistimos à conversa entre os utentes e funcionários. Ficamos a saber que a água foi cortada, que deve determinado valor ou que, por falta de pagamento, o processo já está nos serviços de contencioso. A reformulação dos modelos de atendimento, tendo em vista a proteção de dados pessoais, deve ser abraçada como prioridade, porquanto esta proteção constitui um dos pilares em que assenta o direito fundamental à reserva de intimidade da vida privada e familiar, que a nossa lei fundamental protege enquanto direito, liberdade e garantia dos cidadãos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Levanta questões técnicas que, eventualmente, terão de ser objeto de análise. Nós temos uma comissão constituída pelo gabinete de informática, pelo GAM e pelo gabinete jurídico, que vai fazer as correções e as adaptações que se revelarem necessárias face à aplicação deste Regulamento. Portanto, os seus contributos serão muito positivos, seguramente, mas para serem analisados nessa sede e não neste momento.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 3. da **Ordem de Trabalhos**.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a nomeação da empresa “JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC”, para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o biénio 2016-2017 e com prorrogação em 2018, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 530-P/2018).** -----

--- Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à apreciação os Pontos **5. e 6.** da **Ordem de Trabalhos**. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação os Pontos **5. e 6.** da **Ordem de Trabalhos**. -----

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta”** (Proposta nº 573-P/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- Ponto **6** da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 615-P/2018) – **“Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta”**. -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à apreciação os Pontos **7., 8. e 9.** da **Ordem de Trabalhos**. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação os Pontos **7., 8. e 9.** da **Ordem de Trabalhos**. -----



--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da área de 162,22 m2, área a destacar da ficha nº 1820 descrita na Conservatória do Registo Predial de Queluz, da freguesia de Casal de Cambra, sita em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 557-PM/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a cedência de utilização dos edifícios do mercado e das instalações sanitárias de apoio sitas em Almoçageme, inscritos na matriz predial sob os artigos provisórios P7193 e P7194 de Colares e descritos nas fichas 9940 e 9941 da mesma freguesia, à Freguesia de Colares, nas condições constantes da minuta de protocolo anexo à proposta, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 561-PM/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a cedência a título gratuito para afetar ao domínio público municipal, as seguintes parcelas: Artigo 166 da secção R; Artigo 173 da secção R; Artigo 174 da secção R; artigo 251 da secção R, sitas na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 567-PM/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação os Pontos 10., 11. e 12. da Ordem de Trabalhos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os Pontos 10., 11. e 12. da Ordem de Trabalhos.-----

-- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da organização da “1ª Corrida Queluz-Belas, Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 616-RP/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, no âmbito da organização do “VII Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 617-RP/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos; à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; à União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra; à União de Freguesias de Queluz e Belas e à Junta de Freguesia de Casal de Cambra, no âmbito do programa “Sintra em Férias! Verão 2018”, nos termos da respetiva proposta” (Proposta nº 652-EQN/2018). -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à apreciação o Ponto **14.** da **Ordem de Trabalhos.**---

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto **14.** da **Ordem de Trabalhos.**-----

-- Ponto **14** da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Sintra”, nos termos da respetiva proposta**” (*Proposta nº 667-RP/2018*). -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à apreciação o Ponto **13.** da **Ordem de Trabalhos:** **“Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”.**-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Vou tentar ser o mais breve possível porque os senhores membros do Conselho têm uma descrição de cada uma das medidas que foram tomadas durante este período em análise, e são muitas. Começando pela proposta do Plano Diretor Municipal, a discussão pública decorreu de 20 de julho a 20 de agosto e foram realizadas sessões públicas em cada uma das 11 freguesias. Até agora, foram recebidas 686 reclamações que estão a ser vistas com todo o cuidado. Até ontem, as primeiras 85 já tinham sido vistas e, agora, vamos continuar neste ritmo de análise dessas reclamações. A Faculdade de Medicina da Católica vem para Sintra, e já é público desde julho quando esta instituição confirmou esta sua decisão. Creio que as obras de adaptação vão começar muito em breve, segundo me é dito. Além da Faculdade de Medicina, a Universidade Católica contratou também com um Colégio, que me dizem ser um dos mais importantes do mundo, ao qual afeta uma grande parte do seu território, ou seja, dos 16 mil metros quadrados que a Universidade Católica possui, 8 mil serão afetados à Faculdade de Medicina e uma outra parte muito relevante será para este Colégio inglês que tem uma grande penetração a nível internacional. Interessamos, fundamentalmente, a Faculdade de Medicina, mas não queria deixar de vos dizer que, embora não sendo da competência da Câmara, vai também existir um colégio internacional naquela zona. -----

--- O Congresso das Atividades Económicas está a ser preparado e, nesse âmbito, ainda hoje houve um *workshop* sobre economia. É um Congresso que surge do Conselho Estratégico Empresarial, presidido pelo Senhor Dr. Jorge Coelho que muito se tem empenhado na preparação deste Congresso. Têm acontecido *workshops* um pouco por todo o Concelho, cujas temáticas vão desde a parte da indústria extrativa e do excelente trabalho que está a fazer-se em relação ao *Sintra Global City*. No dia 11 de outubro, em Bruxelas, vai ter lugar um encontro com o Dr. Carlos Moedas, onde estarei para que o projeto possa ser avaliado, apreciado e apoiado pela União Europeia, tendo em consideração que se trata de um Centro Tecnológico da Pedra que vai ser instalado na que era a “Pardal Monteiro” e que é simbólico para

a freguesia de Pero Pinheiro. Este Congresso vai ter lugar sob o Alto Patrocínio do Senhor Presidente da República, sendo iniciado pelo Senhor Primeiro-ministro e encerrado pelo Senhor Presidente da República. Tem uma participação muito significativa de empresários de variadíssimos setores, quer de Sintra quer vindos de todos os pontos do país, com o enfoque em olhar para a economia de Sintra, mas também para a economia do país, como um todo, com os “olhos” de Sintra. As conclusões do Congresso, é minha expectativa, vão ser muito importantes. -----

--- Foi inaugurada a ciclovia que liga Agualva a Massamá, um investimento na ordem dos 900 mil euros. O Conselho Estratégico Empresarial debateu a mobilidade, uma excelente intervenção do Dr. Rui Pereira que deu, aí, o “pontapé de saída” para várias iniciativas que vão ser tomadas neste domínio, e que a Assembleia Municipal irá, com certeza, participar e acompanhar as várias iniciativas que estão previstas, e são muitas e inovadoras. -----

--- Houve um debate em Sintra sobre a prevenção de incêndios florestais. Foi muito importante, e a Câmara Municipal não esquece que esta iniciativa foi feita com a colaboração do “Correio da Manhã”, tendo sido muito participada e muito interessante. Mais uma importante iniciativa de segurança na prevenção aos fogos florestais-----

--- Assinámos um protocolo que nos deve deixar, em meu entender, bastante tranquilos com a nossa consciência, que é o protocolo para a Integração dos Migrantes de Sintra. Eu considero um privilégio estar numa Câmara que, em conjunto com Lisboa, tem um Plano Concelhio para a Integração de Migrantes, sejam eles refugiados ou imigrantes de outra cor ou religião. Falamos de pessoas, e uma gestão que se pretende humanista não pode proceder de outra maneira, portanto, nós acolhemos e integramos. E a relevância desta decisão foi de tal maneira importante que, em Carcassonne, na semana passada, a Câmara de Sintra foi escolhida em conjunto com a região da Andaluzia e com a Câmara de Barcelona para apresentar este Plano de Integração de Imigrantes juntamente com outras iniciativas de inovação social escolhidas no âmbito da União Europeia. Foi um momento muito interessante que nós tivemos em termos de expressão externa. Em outubro, vai ter lugar um encontro do Comité das Regiões onde haverá, também, um momento em que todas as Assembleias Regionais e Assembleias Autárquicas se reunirão, e que decorrerá paralelamente ao Comité das Regiões. E nós estamos inscritos para intervir quer no âmbito do Comité das Regiões, quer no da Assembleia de Regiões e Localidades. O tema, que é social, tem a ver com o Plano de Integração dos Imigrantes, é um tema de governança e de descentralização, nos termos do Comité das Regiões. -----

--- O programa Sintra Social promoveu o Voluntariado Jovens do Concelho, que decorreu entre 9 de julho e 7 de setembro, no qual participaram jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, faixa etária esta em que o concelho de Sintra apresenta o maior número de jovens do país. -----

--- Abrimos concurso para mais 4 ciclovias, todas elas participadas pela União Europeia, em Rio de Mouro com ligação ao Cacém - 5,6 quilómetros, no valor de 1.425 mil euros mais IVA; na União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra, no valor de 1.400 mil euros mais IVA; eixo estruturante da cidade de Queluz e Monte Abraão, Massamá e Belas; talvez, a mais bonita ciclovia é aquela que une o Banzão à Praia das Maças; depois, a ciclovia que ligará a Praia das Maças quer às Azenhas do Mar quer à Praia Grande, uma ciclovia marginal muito bonita cujos projetos ainda não estão completos. Mas estas 4 ciclovias já são um passo muito importante para os 30 quilómetros de ciclovias que vamos ter no nosso Concelho.-----

--- Temos o Eixo Verde e Azul, que está em plena construção, e deixo aqui uma pequena constatação assente no facto de apenas nós, Sintra, estarmos em obras, ou seja, Oeiras fala muito no eixo, mas não tem uma única obra, e a Amadora também não. Temos nós, e isso é importante porque se trata de um

investimento de 11 milhões numa obra que parte do Sul da Serra da Carregueira, cujo Parque Urbano vai ser uma coisa fabulosa, estendendo-se até Queluz com a Ponte Verde, que já está em licenciamento, passa para a Matinha, passa pelo Outeiro das Forçadas, e entra até Caxias. Portanto, neste momento, a nossa parte está em plena elaboração, são cerca de 3 milhões que vamos gastar já nesta fase, e é interessante observar no terreno o que está a ser feito neste momento. -----

--- Outro projeto da maior importância para nós é a requalificação das escolas de Sintra. Esta requalificação está a avançar, e quero dizer-vos que nós vamos gastar 24 milhões de euros no atual mandato. Neste momento, estão a ser investidos cerca de 8 milhões de euros e, no final do mandato, o objetivo é não termos uma única escola com obras que dependa de nós. Onde é que as obras são feitas? Em 1º lugar, ao nível das coberturas, retirando o fibrocimento; em 2º lugar, na eficiência energética; por fim, nas cozinhas. Portanto, são 3 aspetos essenciais. Temos, ainda, as áreas exteriores para as quais dispomos de projetos autónomos para os logradouros. São 74 intervenções em 49 escolas, repartidas pela reabilitação de edifícios - 36 intervenções, requalificação energética - 9 intervenções, beneficiação de refeitórios - 17 intervenções, e recuperação de logradouros escolares - 12 intervenções. Como há pouco vos disse, também estamos a olhar para as escolas do Estado central e vamos intervir aí também, aliás, já estamos a intervir e a Padre Alberto Neto é disso caso exemplar. -----

--- No âmbito da sustentabilidade ambiental e económica de Sintra, os SMAS estão a fazer grandes investimentos e, até agosto, apresentaram um lucro de 1.200 mil euros, o que é paradigmático. Têm o hábito de afirmar que os Serviços Públicos têm que dar prejuízo e fazer mau serviço, e nós aqui apostamos no contrário, e dão lucro porque fazem um bom serviço, porque gerimos bem e confiamos nas pessoas. Esta é a grande razão, até porque não há segredos. Portanto, neste momento, os SMAS estão a investir 8 milhões, no saneamento, em Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar; 7 milhões em Algueirão-Mem Martins; e 1,8 milhões no Bairro Económico de Queluz, todos estes investimentos estão em curso no terreno, não no papel. Vamos avançar também com investimentos nas Mercês e na Rinchoa que vão abranger 90 mil pessoas. -----

--- No que concerne à Segurança, implementámos o programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, no âmbito da defesa da floresta. Iniciámos um debate muito interessante sobre Rio de Mouro velho, uma ARU extremamente interessante com uma requalificação extremamente profunda, com um custo de 800 mil euros. Avançámos com a limpeza coerciva no Vale da Raposa e agora que está limpo, estamos a estudar com um arquiteto paisagista um Jardim romântico para ali. Os donos foram notificados, mas não disseram nada e nós vamos ter mesmo que avançar com a expropriação e fazer o Jardim. -----

--- Em relação à Solidariedade Social, avança a criação das hortas solidárias, tendo já sido distribuídas duas hortas solidárias pelas pessoas. É interessante também devido a um efeito social muito importante que se traduz no facto de estas pessoas serem as mesmas que saíram da Ribeira da Laje e que, portanto, vão trabalhar nesses 120 talhões, o que já é muito significativo porque representa mais de 120 pessoas. Depois, tivemos um programa muito importante que foi a “Praia Acessível a Todos”, que decorreu entre 1 de julho e 31 de agosto. -----

--- Em relação à aposta na Cultura, temos tido variadíssimas iniciativas, desde logo o Festival de Sintra, que começa esta semana, sendo de realçar a mudança estrutural muito importante que vai ser apresentada. O Festival de Sintra mantém-se nos palácios, Palácio Nacional de Sintra, Palácio de Queluz e da Pena, mas vai também às escolas, às Igrejas e às Associações com uma grande parte dos concertos a serem transmitidos para todo o concelho através de sistemas áudio. Portanto, este é o conceito de festival que temos e que é aquilo a que se pode chamar de verdadeira democratização da Cultura, não

apenas no que respeita ao Festival de Sintra, e hoje, foi apresentado o Festival Lisboa – Sintra, que sai dos cinemas e vai às escolas, com pianistas e debates temáticos, um deles muito interessante sobre o extremismo e radicalismo na Europa. Portanto, é um novo conceito de cinematografia que não se esgota nas salas de cinema e nos realizadores, mas vai para além do âmbito Cultural. David Lynch vai ser homenageado, o homem do *Blue Velvet*, como homenageado será o João Botelho, realizador de uma obra vastíssima merecedora da primeira linha das nossas homenagens. Também o *Aura Festival* regressou a Sintra e a Quinta da Matinha, em Queluz, está a ganhar uma nova dinâmica, embora ainda não esteja com toda a segurança que se deseja, e há pessoas que reclamam por isso, e com alguma razão, mas só com a ponte Verde, só com o Eixo Verde e Azul é que nós vamos requalificar verdadeiramente a Matinha. -----

--- Em relação à Educação, em julho, tivemos um encontro no Olga de Cadaval sobre “Estratégias de Promoção do Sucesso Escolar”. No Desporto, a Praia Grande foi palco do *Sintra Pro 2018* e, ontem, foi o *bodyboard* onde temos um campeão do mundo, mas que o nevoeiro, de alguma forma, veio prejudicar um pouco, mas trás outros benefícios. Aprovámos, com cerca de 160 mil euros, os apoios municipais às associações de Cultura e Recreio. Atribuímos o *Prémio Ruy Belo*, momento que foi muito interessante. Tivemos uma festa, em que a Câmara participou ativamente, que foi a comemoração dos 125 anos da Nossa Senhora da Praia, uma festa lindíssima. Tivemos uma iniciativa, que não custou muito, mas foi muito interessante, que foi a cedência do histórico Salão de Galamares à *Galamares - Associação Cultural*, um momento emocionante pela alegria que tiveram. E não custou muito porque a instituição financeira pedia 300 mil e, depois, acabou por nos vender por 100 mil, mas foi um investimento que se impunha para, depois, o cedermos a esta Associação. -----

--- Em termos do reforço da imagem internacional de Sintra, a nossa *Startup Sintra* esteve presente na *Money Conference*, 1ª grande intervenção, e tive hoje a notícia de que foi aprovado um programa de intervenção da nossa *Startup*, em termos de União Europeia, um programa que eu ainda não conheço mas que representa uma grande alegria. Recebemos os representantes da *European Integration Network* - uma rede europeia de integração - e de representantes da Comissão Europeia num total de 24 participantes dos Estados-membros da União, nomeadamente a Letónia, a Itália, Bélgica, Chipre e Dinamarca, deputados europeus que estiveram connosco. Foi um grande momento de intervenção e muito interessante dar a conhecer as experiências que nós estamos a fazer em Sintra e ouvir, obviamente, as experiências que estão a fazer nos países deles. Depois, estivemos presentes no plenário do Comité das Regiões, 4 e 5 de julho, em que o tema foi o Ambiente e a Energia, onde também tivemos intervenções. ---

--- Em relação a Obras e Iluminação, iniciámos a 3ª fase da requalificação da Tapada das Mercês, estabilizámos os taludes de Rio de Mouro, mais um em que nós tivemos um investimento, neste caso, de 170 mil euros. Quando fizemos o do Cacém foram 300 e tal mil. Porquê? Porque foram autorizadas urbanizações a 50 e 100 metros de taludes, com riscos enormes de segurança. Como foi possível terem sido autorizadas urbanizações dessas? E, depois, ficou para nós porque as pessoas que fizeram a urbanização já não estão cá, foram-se embora, e somos nós quem tem que pagar depois os taludes. E é isso que tem acontecido. Portanto, nas Mercês, no Cacém e em Massamá, onde tivemos que fazer também uma intervenção, vai mais de 1 milhão de euros de intervenção em taludes que deviam ter sido feitos pelas empresas que fizeram as urbanizações. Inaugurámos a passagem pedonal de Agualva, na Ribeira das Jardas e abrimos um novo espaço de lazer em Monte Abraão. Havia muito mais a dizer, mas esta é a síntese possível do que foi feito nestes meses. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, Deputado Pedro Alexandre de Oliveira Brás**, referiu: Sobre a atividade municipal, e considerando que estamos a iniciar a Semana Europeia da Mobilidade sobre o lema “Mexe-te e combina”, eu gostaria de destacar, daquilo que é a atividade municipal, a rede ciclável que vai ganhando forma no nosso Concelho - os 39 quilómetros que um dia o senhor Presidente anunciou nesta Assembleia Municipal vão ganhando forma pelo nosso concelho de Sintra. Temos Ouressa, Agualva-Massamá e, mais recentemente, numa reunião de Câmara, foram aprovadas mais 4 redes cicláveis. Também desta maneira vamos transformando território, vamos transformando Sintra dando a importância devida à questão da mobilidade, até porque há uns dados curiosos no jornal “Expresso” desta semana que revelam que 59% das pessoas deslocam-se em viatura própria, considerando até que entram em Sintra, via IC 19, cerca de 67 mil carros por dia, o que é, de facto, impressionante. E esta visão integrada que o município vai construindo, de combinar mobilidade suave com meios de transporte públicos e privados, assume uma extrema relevância no contexto de uma Área Metropolitana que, também ela, tem mexido nesta questão da mobilidade, e que Sintra possa estar também nesta discussão e nesta transformação, mudando mentalidades e comportamentos sempre difíceis de alterar. Mas o objetivo final será, certamente, o de deixarmos de ter o carro como centro da nossa mobilidade para passar a ser um complemento à mesma. Portanto, esta combinação a que vamos assistindo e este ganhar de forma que, também no Eixo Verde e Azul, se vai construindo, essa mudança é importante para que tenhamos um Concelho que aposte verdadeiramente na mobilidade suave, que aposte noutras formas de nos movimentar e que seja um complemento ao trabalho que a A.M.L. tem desenvolvido, visando aquela que será a nova realidade da rede de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa, e que servirá cerca de 2 milhões de pessoas. Por isso, senhor Presidente, quero realçar este importante investimento nas redes cicláveis no nosso concelho e que, certamente, será um início de uma transformação não só de comportamentos como de uma visão para o território, colocando Sintra como uma referência nacional, como em outras áreas já o é, nesta questão da mobilidade.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A sua intervenção é extremamente oportuna e é exatamente o que corresponde à nossa intenção. Aliás, o Senhor Vice-presidente, Rui Pereira, está a fazer um notabilíssimo trabalho neste domínio, com muita coragem e sempre com a capacidade de perceber o que é que está em causa. E o que está em causa é o bem-estar e qualidade de vida das pessoas através da descarbonização, fundamentalmente, num território como de Sintra. Temos as ciclovias e, também, a criação de condições para uma mobilidade suave elétrica. Nós vamos ter uma *pool* de carros da Câmara, que vai ter autocarros híbridos porque alguns elétricos não conseguem subir à Pena, mas vamos ter sempre que possível mobilidade elétrica. Depois, vamos ter as bicicletas, que já estão previstas, e tudo isto vai ser integrado dentro desta conceção que nós temos, quer de lutar pela descarbonização quer de dar, ceder, devolver aos munícipes aquilo que é um seu direito assente no acesso às ruas, aos passeios, a tudo aquilo que durante muito tempo não tiveram. Aliás, o que se fez no centro histórico de Sintra - e ainda hoje passei lá e vi a enorme animação que o caracteriza, o que era antes e o que é hoje, uma diferença abissal – resulta de uma decisão que, em boa hora, foi tomada com coragem, com sentido de dever em relação aos munícipes como, aliás, acontecerá com medidas que vão ser tomadas para as outras iniciativas. Tudo o que tem a ver com o acesso à Pena irá ser feito com todo o cuidado por forma a garantir que a luta pelo bom ambiente em Sintra prosseguirá. Já agora uma última reflexão que é necessário fazer e que tem a ver com o facto de só agora termos as vias cicláveis - temos, mas com o apoio da União Europeia -, mas antes das vias cicláveis fizemos os Centros

de Saúde, fizemos o Hospital e fizemos todos os investimentos prioritários em relação às vias cicláveis. Estas são muito interessantes e muito importantes, mas primeiro está a segurança e a saúde das pessoas, e só nessa altura, só quando pudemos fazer este investimento é que o fizemos. Isto é importante perceber-se, se nós tivermos as necessidades básicas satisfeitas, porque não gastarmos 200 ou 300 milhões em vias cicláveis? Portanto, a nossa prioridade foi a de satisfazermos as nossas necessidades básicas, ou o que nós entendemos serem necessidades básicas, e agora vamos às necessidades que não sendo tão básicas como, por exemplo, o Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins, o de Almargem do Bispo ou de qualquer outro sítio. Isto, só para bem se perceber quais são as nossas prioridades, e tê-las em conta quando nós as anunciamos. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Relativamente ao PDM, apesar de a Câmara entender não corresponder ao nosso pedido, o PSD fez um pedido de prorrogação do prazo por mais 60 dias, respeitamos naturalmente a decisão da Câmara, mas quero deixar aqui claro, senhor Presidente, que o nosso único motivo era permitir que a discussão saísse um bocado daquele período de férias. Mas compreendemos! Deixe-me dizer-lhe que tentámos ajudar todos os munícipes que nos solicitaram a fazer as reclamações durante o período de discussão pública, sempre numa perspetiva construtiva, naturalmente. Agora, outra questão, e tenho mesmo uma pergunta. Congratulamo-nos muito pelo facto de a Universidade Católica ter decidido que a Faculdade de Medicina vem para Sintra, até porque é uma coisa que me diz muito respeito enquanto ex-aluna da Universidade Católica. E já no tempo em que eu lá andava, há muitos anos, se falava da Faculdade de Medicina da Católica, e não era propriamente em Sintra que andava à procura de lugar, e isto há 40 anos, pelo que nos congratulamos por Sintra. Já agora, à boleia desta excelente notícia, eu queria perguntar se tem ideia de quantos médicos de família vão ser colocados, aqui, em Sintra? No âmbito do último concurso, já havia essa preocupação, até por parte da Doutora Clara Pais que não sabia quantos é que viriam para cá. Esperamos sinceramente que os Centros de Saúde fiquem todos prontos, que ainda não estão todos, e o hospital, que também ainda não está construído, mas esperemos que veja a luz do dia. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao adiamento ou prorrogação do prazo, juridicamente isso não era possível, corríamos um risco terrível porque o prazo era fevereiro, e como nós já tínhamos 60 dias em vez 30, já tínhamos feito o debate todo, e tanto é assim que temos 680 reclamações, o que é bom, ainda bem que é assim porque significa que foi uma discussão participada e as pessoas tiveram ocasião de dizer o que pensam. Isso é muito bom e deixa-nos muito contentes. Em relação aos médicos, vamos receber 15 e ficam a faltar ainda 20, bem melhor do que faltarem os 80. Em relação ao hospital, já temos quem vai fazer o projeto. Agora, uma reflexão melancólica sobre isso: o grupo Mello Saúde começou o processo depois de nós, mas apresenta a construção já muito avançada, estando previsto abrir a 1ª parte em 2019, e nós só agora é que temos a pessoa que vai fazer o projeto. E não tivemos um único dia de atraso em relação ao calendário, pelo contrário, o Dr. Quintas e a sua equipa, em alguns momentos, até agilizaram o calendário, com a minha solidariedade, é evidente, caso contrário não teríamos ainda chegado sequer aqui. Portanto, é este o país, é esta a legislação, é este o *Simplex*, é isto que temos. Agora, já temos o projetista, o que nos dá uma noção do que vai ser o projeto, um projeto lindo. Custou um milhão de euros, já temos de começar a pagar, mas o hospital vai ser uma realidade e é bom para todos nós, até para a CDU que não votou nele, mas tenho a impressão que também vai ficar contente com o hospital. -----



---

--- O Líder do BE, **Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, sobre o prolongamento do prazo de discussão pública do PDM, se em 60 dias e em período de férias tivemos 685 sugestões/reclamações, prolongando por mais umas semanas fora do período de férias, este processo tinha tido um impacto interessantíssimo no concelho de Sintra. Infelizmente, não foi essa a decisão da maioria, lamentamos porque gostaríamos que se tivesse feito esse esforço. Sobre a questão da Faculdade de Medicina da Católica em Sintra, há anos que se fala na Faculdade de Medicina da Universidade Católica, aqui, em Sintra, inclusivamente no terreno onde hoje está novamente projetada. Mas há um pormenor! É que, neste momento, ainda não há enquadramento para Faculdades de Medicina privadas no país. Portanto, vamos lá ver como é que isto vai desenrolar-se. Li com muita atenção a informação que o Senhor Presidente nos enviou sobre isto, mas há uma questão que lhe queria colocar. Fala-se que as Câmaras de Sintra e de Oeiras irão criar um sistema de transporte para esse local, e eu fiquei curioso sobre se este sistema de transporte serve só o futuro campus da Católica ou se vai servir também os aglomerados populacionais. De que estamos a falar em concreto? E já que estamos a falar de Universidades naquela zona, aquela proposta ou aquele anteprojecto de um polo ISCTE no Cacém, é para avançar? Falamos disto há uns meses atrás e eu questiono se há desenvolvimentos. Sobre a questão das ciclovias, declaração de interesse, sou utilizador de bicicleta e qualquer metro de ciclovia é bem vindo. Aliás, senhor Presidente, há ali um troço entre as Azenhas do Mar e Janas que é conhecido carinhosamente pela população como a “ciclovia de Janas” e que parece não entrar na nossa rede, mas que deve ser incluída. Tenho, no entanto, algumas considerações e questões a formular. Este crescimento da rede ciclável no concelho reforça a necessidade de termos um plano de mobilidade discutido e aprovado, um “chapéu” que oriente a mobilidade e a transformação do concelho de Sintra. É urgente, já está em estudo faz algum tempo, mas ainda não o vimos. Para quando, senhor Presidente? Depois, sobre as ciclovias propriamente ditas e na ótica do utilizador, deixo algumas notas que poderão servir para melhorar a rede ciclável que vai surgir. As vias que atualmente existem são muito importantes, são muito úteis, mas têm alguns erros de conceção, a meu ver, nomeadamente, vias estreitas: 2 bicicletas que se cruzem a uma velocidade considerável correm um risco acentuado de se tocarem e colidir - precisávamos de alargar um pouco as vias sabendo que é difícil em determinados troços mas há outros onde será mais fácil; outra situação, recomendada por vários especialistas, é que a via da ciclovia acompanhe o sentido do trânsito - em algumas ruas tal não é possível mas em estradas como a que liga o Cacém a Massamá havia ali um troço onde se podia adotar essa solução; Outra recomendação que, até agora, ainda não foi necessário, mas vão começar a surgir cruzamentos nestas ciclovias, aliás, em Massamá, já existe um cruzamento, pelo que era importante que houvesse placas de sinalização em cruzamentos para melhor orientar quem não conhece a ciclovia. Também muito importante, é preciso investir na prevenção de conflitos com os peões, dado que, neste momento, as ciclovias que temos são muito utilizadas pela população, e ainda bem, mas muitas vezes, a população utiliza a ciclovia quando tem ao lado o passeio. E já vi acontecer vários conflitos, várias irritações, várias ameaças de agressão por causa desta utilização conflituosa e, portanto, aquele sinal que foi posto em boa parte do troço da ciclovia que foi inaugurada há umas semanas, a que tem peões e bicicletas na mesma via, é um sinal que traz conflitos; Precisamos fazer pedagogia para que os ciclistas respeitem os peões e estes respeitem as ciclovias e a os ciclistas; Precisamos de mais iluminação em alguns troços e, sobretudo, pontos de água, porque os desportistas e os caminhantes precisam de água para se hidratar; Por último, prevenção de conflito com moradores porque já há muitas queixas sobre ocupação de espaços de estacionamento e sobre a ocupação do

espaço que antes era via pública e agora é ciclovia. É preciso fazer mais pedagogia junto dos moradores antes da construção, mostrar que os lugares de estacionamento que vão existir no final da obra serão os mesmos, serão mais ou serão menos, e precisamos dessas soluções. Ainda no campo da mobilidade, em que ponto é que estamos com o corte de circulação na serra de Sintra? Foi anunciado, depois foi retirado. Qual é a previsão de corte de trânsito, circulação automóvel privada, na serra de Sintra? Outra questão relacionada com este tema: quando vai entrar em funcionamento o estacionamento da Cavaleira? O espaço já lá está e já estamos a pagar uma renda, mas ainda não há sinais de que neste Verão, como prometido, esse espaço possa já entrar em funcionamento. E já agora, se está a ser considerado que aquele ponto de passagem por baixo da A16 seja melhorado e possa fazer-se um acesso ao Lourel? Sobre a limpeza do Vale da Raposa, parabéns, senhor Presidente! Finalmente há um autarca que manda fazer uma limpeza coerciva do Vale da Raposa. Era uma vergonha o que ali se passava. Sobre o Jardim Romântico, como é que se propõe fazê-lo? Falou-nos da possibilidade de expropriação para a utilização pública daquele terreno, muito bem, é uma solução que protege o Vale da Raposa de ameaças e de planos mirabolantes que, durante anos, andaram ali a pairar. Esperemos que o Jardim Romântico seja a única utilização, e podermos utilizar aquele espaço para fruição da população e dos nossos visitantes, para o circuito pedonal que liga à parte de baixo e à Várzea, assegurando um melhor ambiente a Sintra. Assim, a solução da expropriação é boa, mas não compreendo porque é que ainda não foi utilizada no parque de campismo da Praia Grande, se há mais de 10 anos que o Bloco de Esquerda a propôs. Na altura, não foi o senhor Presidente, com certeza, nem este executivo, mas a proposta foi recusada e, embora já tivessem tido lugar “ameaças” de que a proposta de expropriação seria uma solução, até agora, nada. O que é certo é que passa mais um Verão, passam mais provas desportivas, passa mais turismo, mais utilização, mais praia acessível, mas menos parque de campismo e, portanto, senhor Presidente, para quando a resolução deste problema? Para quando a expropriação daquele terreno? Para quando um parque de campismo municipal? Outra questão que queria colocar, tem a ver com o corte de árvores que tem havido na Alameda dos Combatentes e na Alfredo da Costa, aqui, em Sintra. Algumas árvores têm valor patrimonial, porque proporcionam o bom ambiente que, também, levou à classificação de Sintra como Património da Humanidade e, inclusivamente, algumas delas foram até classificadas pela Câmara como de interesse e património municipal. O seu corte terá sido justificado com um estudo, mas o que é certo é que a informação não foi disponibilizada com antecedência e as pessoas foram surpreendidas, novamente, com cortes de árvores. Portanto, o que é que se passou? Nós não somos contra o corte das árvores, somos a favor de processos transparentes, e é essa a explicação de que precisamos. Já agora, não haveria a possibilidade de deixar o corte para o outono, que é quando estas intervenções devem ser feitas para proteger as árvores e para proteger outras em redor? Uma última questão tem a ver com a utilização do glifosato no concelho de Sintra. Neste verão, voltamos a encontrar vários anúncios de empresas, em serviço para a Câmara Municipal de Sintra, a utilizar glifosato no espaço público. Neste Verão ainda, houve um tribunal norte-americano que condenou uma empresa a pagar uma grande indemnização por causa de exposições a glifosato. A evidência dos seus efeitos nocivos para a saúde já levou a mudanças na lei e já é proibida em alguns sítios no nosso país, mas mesmo assim, a Câmara continua a aplicar glifosato, por exemplo, no Largo do Mercado e na imediação de espaços públicos onde há idosos e crianças. Sabemos que a Câmara prometeu que, até 2019, ia erradicar o glifosato do Concelho, pelo menos, da utilização dos serviços camarários, mas queremos saber se aquilo a que assistimos neste Verão foi uma exceção e se, para o ano, não teremos glifosato a ser aplicado na via pública.-----

---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação às Faculdades, a Faculdade de Medicina não foi anunciada por nós mas sim pela Universidade Católica ao afirmar que esta Faculdade ia ser transferida de Cascais para Sintra. E nós, em julho, dissemos: muito bem! Aliás, antes de ser público, veio aqui a senhora reitora, acompanhada pelo pró-reitor, dar-nos essa notícia. A Câmara de Cascais também já o disse publicamente e esta transferência para Sintra deixa-nos muito contentes porque é uma mais-valia para o nosso Concelho. Quanto ao ISCTE, mantém-se e aprofunda-se o seu interesse. Recentemente tivemos uma reunião e estamos à procura de um terreno em conjunto com o ISCTE, e creio que vamos chegar a bom porto. Eles manifestaram a intenção de fazer uma Faculdade autónoma em Sintra, com professores autónomos, uma Faculdade de Inovação Tecnológica que não é um polo do ISCTE de Lisboa, mas uma Faculdade nova. Em relação à Faculdade de Medicina, eu quero dizer-lhe que está desatualizado porque o Governo já deu autorização para a sua criação. No que diz respeito ao problema dos transportes, o hospital universitário será o Hospital da Luz, em Oeiras. O que nós temos de fazer com a Universidade Católica é ter uma *navette* a unir a Faculdade ao Hospital da Luz para transportar alunos e professores, sendo essa *navette* garantida por nós em conjunto com a Católica. Em relação ao Plano de Mobilidade, neste momento, estamos a fazer um Regulamento novo. O Regulamento vai ser alterado, vamos ter um Regulamento novo que abarque todas as questões da mobilidade, até os próprios sinais de trânsito serão regulados. Para o efeito, criámos um grupo de trabalho pluridisciplinar com ampla representação. Em relação à rede ciclável, a nossa preocupação foi a de cumprir escrupulosamente as normas do Instituto, escrupulosamente aquilo que a lei diz. Agora, tem toda a razão em relação à prevenção. Nós temos rede ciclável que é exclusiva e temos outra que é partilhada, mas temos que identificar bem a que é partilhada com uma faixa para peões e uma faixa para bicicletas, como acontece, por exemplo, na ciclovia do Guincho e naquela nossa que é partilhada. O acesso à serra de Sintra! É bom esclarecer que ninguém quer proibir o acesso à serra, o que se quer é condicionar o acesso à Pena, o que é uma coisa diferente. O acesso à Pena tem que ser condicionado porque não é possível viver assim, não é possível depararmo-nos com um problema sério, amanhã, e uma ambulância não poder chegar lá. Claro que se pode argumentar no sentido de disciplinarmos o estacionamento, mas também não é possível porque são dezenas de carros mal-estacionados que criam um pandemónio. Por outro lado, também estamos empenhados na luta contra a descarbonização, nós temos que ter algum cuidado com isso e não podemos ter descontroladamente todos os carros lá. Agora, a nossa intenção, e é uma intenção, não é uma promessa, é fazer o Parque da Cavaleira e disponibilizar carros nossos, da Câmara, que transportam as pessoas para a Pena por um preço agradável. O Parque da Cavaleira, que abre no dia 22, é gratuito, portanto, aquilo que podia ser uma interdição passa a ser uma benesse, passa a ser uma coisa boa para as pessoas. Agora, enquanto estas condições não estiverem reunidas o acesso à serra mantém-se sem qualquer tipo de restrição. Mas, já agora, quero realçar-lhe o seguinte: se nós olharmos para a serra de Sintra, Paisagem Cultural da Humanidade, há de haver um dia em que nós vamos ter que medir o seu CO<sub>2</sub> e, perante valores 3 ou 4 vezes superiores ao permitido na Serra, eu quero saber quem é que tem a coragem de, mesmo assim, não disciplinar o trânsito. Agora não porque nós não temos esses meios, mas é bom que se perceba do que é que estamos a falar, porque não se pode dizer que se quer cuidar do ambiente e que se quer qualidade de vida, mas não assumir na altura devida a tomada de decisão sobre as medidas que se impõe adotar. Nós não vamos proibir o acesso à Pena, isso não faria sentido, mas vamos realmente limitar e condicionar o seu acesso desta forma, com um parque de estacionamento gratuito assistido por transporte

a um preço acessível. Depois, campismo, Praia Grande. Nós iniciámos o processo expropriativo, mas quando o fizemos o dono do terreno disse-nos que não porque queria apresentar um projeto. Então apresente, dissemos-lhe! Temos o projeto e já está aprovado por nós. Apesar de haver uma parte da REN que ainda não está concluído, só agora é que nós obtivemos luz verde do POOC que estava a impedir aquele projeto, ou seja, preferia ter aquilo abandonado a dar autorização para o novo projeto. Agora, com muita intervenção nossa e bastante da CCDR, o problema já está resolvido em cerca de 4/5, faltando aquela questão da REN. Portanto, é muito provável que, finalmente, haja a intervenção desejada naquela zona, pelo que tem toda a razão no que disse a este propósito. Ainda hoje, em sede de Conselho Estratégico Ambiental, mais uma vez, eu referi isso como exemplo. Agora, deixem que partilhe convosco esta sensibilidade, e que eu acho que o Governo também tem que dar mais atenção a isto. Nós temos um Conselho Estratégico Ambiental que foi, aliás, estruturado pelo Governo anterior, onde está a nossa gente que trata de matérias do ambiente e os serviços de Ambiente que, não obstante terem um representante do ministro, ainda que se justifique a ausência da senhora representante do ICNF por estar doente, não teve ninguém em seu lugar quando o ICNF tem uma enorme responsabilidade. No POOC Alcobaça- Sado houve uma intervenção do novo representante da APA, que falou 3 minutos mas tudo aquilo que era importante discutir não aconteceu. O Estado central tem que entender que as câmaras municipais não são filhos ilegítimos do Estado nem pessoas de 3ª categoria. Aqui em Sintra não são! Eu não lhes admito isto e isso foi dito com clareza. O Conselho Estratégico Ambiental é um polo de diálogo, não é um polo decisório, mas para haver diálogo tem de haver interesse do outro lado. Agora, se o outro lado vê a Câmara de Sintra como uma coisa menor e que não tem interesse em estar presente, temos o “caldo entornado”. Mas há ainda outro problema, é que este PDM vai incluir, como é obrigatório por lei, todas as decisões vinculativas da APA e do ICNF. Há um documento único que nos serve, mas esse documento tem de incluir, obrigatoriamente, essas decisões. Agora, há decisões que temos de incluir, mas que em nosso entender não estão certas e têm que ser discutidas numa 2ª fase. Eu acho que a descentralização é isto porque se a descentralização for apenas executar obras isso não é descentralização alguma. Descentralização é nós termos a capacidade de decidir matérias que são do nosso interesse que se transferem da decisão do Estado para nós, isso é que é a descentralização. Caso contrário, isso é desconcentração, é outra coisa qualquer, mas não é descentralização. Quanto ao corte de árvores, estas foram identificadas, desde o Instituto de Agronomia às Associações, como sendo árvores que estavam em perigo extremo. Portanto, se acontecesse alguma tragédia na sequência da queda de alguma destas árvores o que é que o senhor Deputado iria dizer na sua intervenção? As árvores são muito importantes, mas primeiro estão as pessoas, e quando há perigo de a árvore cair e matar alguém ou de danificar bens públicos, o que já aconteceu aqui, nós cortamos, não tenham dúvidas sobre isso. Agora, não o fazemos de qualquer maneira, ouvimos o Instituto de Agronomia, ouvimos as associações, ouvimos a Adriana Jones - tutora das nossas árvores, que foi acompanhando tudo desde o 1º momento e sabia de tudo. E mais, cortaram-se as Tílias e plantaram-se outras. Portanto, não houve uma árvore que fosse cortada sem que o Instituto de Agronomia e as associações dissessem que estavam em perigo extremo. Era um crime de negligência se nós não as cortássemos imediatamente. Quanto ao glifosato, nós não o utilizamos, mas essa discussão levar-nos-ia longe porque nem todas as opiniões são unânimes sobre isso. A verdade é que as pessoas protestam contra as ervas, mas como é que se pode fazer? Como é que intervimos e em que condições? Agora, podemos ter contributos para saber como é que se deve atuar. Há, várias opiniões mas nós, realmente, assumimos o compromisso de não o usar, e estamos a respeitá-lo. -----

---

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhor Deputado André Beja, sabe que os herbicidas utilizados nos relvados nos Estados Unidos, nesses sim, é obrigatório a colocação de uma placa a identificá-los. Como sabe, nos Estados Unidos, as casas têm um relvado na parte dianteira da casa que funciona como uma espécie de zona verde comum da localidade, e identificam os herbicidas quando os aplicam porque sabem que são prejudiciais para a saúde. E esses não são como o glifosato, sobre o qual há uma grande divergência científica. -----

---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O que é importante é renovarmos o tipo de plantas que colocamos. Agora, se queremos relva à inglesa e passeios sem ervas, e depois não queremos o custo que daí resulta, então temos de nos adaptar quer juntas de freguesia, quer todos nós. É uma necessidade. -----

---

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Por alguma razão, os melhores jardins do concelho, que são os de Queluz, não têm relvados. E os jardins históricos portugueses também não.-----

---

--- A **Presidente da União de Freguesias de Queluz e Belas, Deputada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves**, referiu: Sem ser muito extensa, porque já muito se falou hoje sobre as ciclovias, em Queluz/Belas o Eixo Verde Azul e as vias cicláveis, são hoje, não sendo uma realidade na sua totalidade, mas uma realidade em execução. A história é feita de momentos marcantes, seja por guerras, atos heroicos, seja por outros atos de coragem que são feitos por pessoas que têm visões de futuro, e o que acontece aqui, em Sintra, com a questão das vias cicláveis, com a Educação, com a Saúde, com a Qualidade de Vida e com o reforço e requalificação das zonas urbana e rural, mais concretamente a zona urbana porque é a que me diz mais diretamente respeito, são um instrumento fundamental para que nós possamos ter uma população que possa usufruir das melhores condições e da melhor qualidade de vida. Senhor Presidente, neste momento, nós estamos perante um executivo que tem cumprido, não estamos perante uma situação de ineficácia ou de projetos pensados, mas que nunca foram executados. Não. Hoje prevêem-se prazos, prevêem-se as obras, prevêem-se prazos de discussão, e os mesmos estão a ser concretizados. E isso posso garantir por aquilo que me é dado observar na área da freguesia de Queluz e Belas, como por exemplo nas vias cicláveis em que, neste momento, já temos em execução no Parque Felício Loureiro e também a obra já iniciada em Belas. Por tudo isto, só temos que agradecer porque, de facto, existe um executivo uno e coeso, mas que tem o sentido de responsabilidade e o sentido do dever de cumprir. Por outro lado, senhor Presidente, quero também realçar aqui duas situações na questão da Educação. Os nossos jovens de hoje não serão nada se não tiverem escolas em condições e a aposta que este executivo tem feito na requalificação do parque escolar ao nível do concelho de Sintra é fundamental e, portanto, não podemos descurar. Quando chegámos, havia escolas cujos prazos de garantia tinham sido ultrapassados e as obras não tinham sido executadas. Hoje, não é isso que acontece. A Câmara “chega-se à frente” e faz aquilo que deve e o que não deve, mas assume essa responsabilidade. Hoje, já falamos muito em PDM, mas brincando um pouco com um assunto que é um assunto muito sério quero dizer que, com os investimentos que estão a ser feitos com a reorganização urbanística em curso, sobretudo na zona urbana, eu creio que o PDM quando chegar já vai ter que se adaptar a este novo sistema de funcionamento e de qualidade de vida que as populações vão dispor,

porque os instrumentos de gestão territorial não são só aqueles que estão no PDM, é aquilo que nós vemos e o que nós conseguimos fazer pelas populações e para o desenvolvimento do nosso Concelho. Daí, o nosso agradecimento. Mas também quero dizer que nada disto é feito sem que haja um reforço de segurança e da iluminação. Este executivo conseguiu, também aí, através dos contratos locais de segurança, que as necessidades sentidas e os instrumentos pedidos pelas localidades territoriais que maior preocupação prestam à gestão autárquica, fossem abrangidas dos meios necessários para o efeito. No caso de Queluz e Belas, estou particularmente satisfeita porque nós solicitamos o sistema de videovigilância e o mesmo foi aceite e será executado. Para nós, é fundamental a preocupação que a Câmara Municipal de Sintra tem manifestado e nós, juntas de freguesia, queremos estar ao lado da Câmara para isso. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da **CDU**, referiu: A minha intervenção tem a ver com uma matéria que está, hoje aqui, na ordem do dia. Já foi afluída por quase todas as bancadas no Período de Antes da Ordem do Dia, incluindo o senhor Presidente da Câmara que a começou por afluir na sua primeira intervenção, mas que está longe de estar esgotada. Falo naturalmente da recolha de resíduos sólidos urbanos cuja deterioração se vai agravando de forma sistemática ao ponto de ser inevitável falarmos deste assunto, mau grado o esforço que o senhor Presidente da Câmara refere que está a ser feito, e mau grado parecer que esta pode ser apenas uma questão política. É certamente uma questão política, como o são todas as outras que nós discutimos aqui, sobre isso não há a mínima dúvida, mas eu não venho aqui falar de uma forma abstrata, venho antes denunciar casos bem concretos que ilustram e comprovam uma situação que é, de facto, dramática em muitos dos locais de recolha e, por isso, senhor Presidente, tenho aqui as tais fotografias que, caso o senhor Presidente entenda, terei todo o gosto em lhe fazer chegar. Mas, a título de exemplo, vou citar apenas o caso da freguesia de Rio de Mouro, Rinchoa e Mercês, uma freguesia urbana que, nas palavras do senhor Presidente, será uma daquelas onde o serviço de recolha até já foi reforçado. Na Rinchoa, é o caso da Rua das Madres Silvas junto à escola Escultor Francisco dos Santos, da estrada Marquês de Pombal, da Praceta do Rouxinol, da Rua do Parque ou do Casal da Serra, cuja recolha é apenas feita de 2 em 2 dias, sendo que os monos chegam a estar 15 dias sem recolha e o lixo que está no chão, esse, vai permanecendo no chão. Em Rio de Mouro: junto à estação; na Avenida das Descobertas; na Avenida Gago Coutinho ou na Rua Vasco da Gama, a situação é idêntica. E aí, também as papelarias chegam a estar semanas sem recolha, situação que, neste caso, assume até contornos ainda mais graves que a do lixo comum. Na Serra das Minas, temos o caso da Rua do Júpiter, da Rua do Forte ou da Avenida via Láctea, onde a recolha chega por vezes a ser feita com um intervalo de 3 e 4 dias. Situação ainda pior ocorre em Albarraque, onde certos locais chegam a estar um mês sem recolha, e os monos não são, por vezes, recolhidos no dia marcado, acabando por permanecer 3 ou mais dias nos locais de deposição. Também na Tabaqueira, na Escola, em Rio de Mouro velho e em Cabra Figa, a recolha não é feita com a frequência que seria necessária. Nas Mercês, a recolha é feita apenas de terça-feira a sábado, sendo que a recolha das papelarias e a varrição passam-se semanas sem ser feita, e um exemplo representativo é o caso da Rua Viana da Mota. Enfim, eu citei apenas aqui o exemplo da freguesia de Rio de Mouro, mas podia ter citado, naturalmente, outras freguesias como, por exemplo, a freguesia de Belas. De facto, a situação da recolha de resíduos no nosso município é muito preocupante e impõem-se, de facto, e com toda a urgência, medidas corretivas. Também é verdade que a falta de civismo com lixo depositado fora dos caixotes ou, até mesmo, atirado pelas janelas, agrava também algumas destas situações, mas a verdade é que todo este problema da recolha de resíduos se

tem agravado no último ano, e nem mesmo no período de férias se sentiram efetivas melhorias. Para finalizar, porque temos que gerir o nosso tempo de uma forma parcimoniosa, dizer apenas que eu tenho fotos, conforme já disse, dos diferentes locais que acabei de expor e que poderei fazer chegar ao senhor Presidente. Dizer também que, não concordando com o senhor Presidente quando diz que a situação tem melhorado, esperamos, efetivamente, que venha a melhorar e que as medidas elencadas pelo senhor Presidente possam vir a ser as medidas suficientes para uma solução eficaz que se exige, de facto, que seja tomada a curto prazo. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós começámos por dizer que esta é uma situação que nos preocupa, que é grave mas que está a ser atalhada. Agora, eu peço ao Dr. Carlos Vieira que fique com esta intervenção e a leia nos SMAS, através dos Encarregados, porque é importante.-----

--- O **Líder do MPT, Deputado Adriano Caetano Filipe**, referiu: Eu venho aqui fazer alguns reparos a umas boas obras que o senhor Presidente tem feito. Mas, para não repetir as palavras da senhora Presidente da Junta de Queluz, Paula Alves, vou só referir-me a uma e deixar aqui alguns agradecimentos. No sábado, a Comissão foi ver a apresentação do projeto da requalificação da Ribeira da Laje e fomos à obra – quero agradecer ao Bruno Parreira, Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, a receção que nos fez, à Cristina Mesquita, nossa coordenadora, pela iniciativa, e ao Dr. Quintas e à Eng<sup>a</sup> Sofia pela apresentação do projeto e pela explicação dada em obra. Senhor Presidente, a Câmara Municipal está de parabéns porque se trata de uma grande obra, e quando as obras são boas e são bonitas temos que as enaltecer, o que estou agora a fazer. Para desmatar aquele terreno, o senhor Presidente tomou posse administrativa, e bem, mas queria lembrar ao senhor Presidente que também devia desmatar aquele terreno entre Lourel e Cabriz que faz parte da Ribafria e cuja vegetação já chega à estrada. Nessa mesma estrada, e peço o empenhamento do senhor Presidente, quero sugerir que seja construído um passeio entre Lourel e Cabriz, por se tratar de uma estrada percorrida pedonalmente por muitas pessoas e, quando há eventos na Ribafria, vai toda a gente pela borda da estrada e não há um refúgio, não há um passeio e é perigoso. Quero ainda chamar a sua atenção e pedir-lhe que, diretamente com o Ministro das Infraestruturas de Portugal para que eles arranjem as estradas nacionais que, no nosso concelho, estão num estado calamitoso, e que são da sua responsabilidade. Se o senhor Presidente vier a 50 ou 60 Km/h da Praia das Maças para Colares, antes de chegar ao Banzão, onde a linha do elétrico atravessa a estrada, tem lá um alto tão grande que temos quase que ir para fora de mão. -

--- A **Líder do CDS/PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Senhor Presidente, no final da antiga reta da Granja que entretanto sofreu obras com o nascimento da A16, há nessa rotunda recente um triângulo que tem 2 estatuetas metálicas muito degradadas. Eu sei que elas foram lá colocadas antes do seu mandato, mas nós, quando assumimos uma Câmara, temos que manter aquilo que herdámos. O que não sei é se essas estatuetas são da responsabilidade da Câmara ou não, mas das duas uma, ou aquilo sai dali ou tem que ser objeto de manutenção porque estão muito ferrugentas, com a agravante que tem ervas de tamanho considerável, até era benéfico se conseguissem desmatar aquela zona. Outra situação, para a qual também fui alertada há relativamente pouco tempo, tem a ver com o facto de agora termos um Lidl ao lado da urbanização da Beloura e o passeio não estar em condições de as pessoas poderem ter acesso a esse hipermercado - foi a população que vive dentro daquela urbanização quem reclamou. Eu

sei que o hipermercado é recente, que se trata de uma construção recente, mas há que ter algum cuidado em tentar criar meios de acessibilidade para as pessoas que ali vivem poderem ir ao supermercado e usufruírem desse serviço. -----

--- O **Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, Deputado Bruno Alexandre Nobre Parreira**, referiu: É mesmo a Católica, Senhor Presidente da Câmara! É mesmo a Católica! Já vou ser acusado de ser exagerado, mas nós, quando temos problemas grandes, depois também temos que pensar em grande. Lembrei-me do *"We choose to go to the moon"* porque, de facto, aquilo que está ali há tantos anos abandonado, mais um desastre da freguesia de Rio de Mouro porque estamos todos a falar da importância de ter uma Universidade, estamos todos a falar na importância ter a Academia em Sintra e, depois, esquecemos de falar da requalificação urbana e de mais uma área da freguesia de Rio de Mouro que foi desbravada, e bem, na altura, para ter uma Universidade, mas que, depois, ficou para ali abandonada com as consequências que basta visitar para se ter conhecimento. E, portanto, *"We choose to go to the moon"* tem o apoio incondicional da Junta de Freguesia de Rio de Mouro para todas as *démarches* que faça, com a regulamentação ou não das Universidades de Medicina, com autocarros a mais ou a menos, com a circular a ponte à Agualva ou nascente à Rinchoa, para se tentar resolver aquele problema que é um problema grave, é um problema sério, e estou certo que terá a concordância de toda esta Assembleia Municipal. Depois, a discussão do PDM, senhor Presidente da Câmara, porque também me custa, e o senhor Deputado André Beja desculpar-me-á esta referência, que haja aqui um paternalismo que, às vezes, parece que estamos a tornar as pessoas como tolinhas porque, se estão de férias, já não vão debater os assuntos estruturantes da sua vida. Não interessa quantos meses tem a discussão pública, não interessa quantas freguesias se visitam, não interessa quantas workshops ou quantos debates, o que interessa é que um dos meses é o de férias. Eu estou mesmo a ver, eu que seja um investidor e que tenha um grande problema para resolver com o PDM, vou prescindir de resolver o problema da minha vida porque fui ali até à Praia da Galé, 15 dias a banhos. Portanto, este paternalismo é que não pode continuar a acontecer na discussão pública, que vai ao glifosato. Nós vimos às assembleias municipais e às reuniões de câmara para fazer tratados, moções, recomendações sobre o glifosato e, chegados ao sábado e ao domingo, o nosso trabalho público, e bem, vamos para as ruas, tiramos umas fotografias a um passeio, e aqui está o espaço público de Sintra e do município de Sintra, como se fosse possível, sem usar herbicidas, controlar aquilo que acontece nos nossos passeios. Senhor Presidente, permita-me, é o pacto do lixo que já foi aqui um bocadinho violado, o pacto de se perceber que isto acontece por todo o lado. Na Avenida das Descobertas, e eu ouvi aqui uma série de ruas, eu, aliás, já liguei para casa para ver se de repente ainda consigo entrar em Rio de Mouro com tanto lixo, porque, de facto, temos que debater as coisas assim, e mesmo não querendo muitas vezes brincar, parece que temos de brincar, porque na Avenida das Descobertas nem sequer há caixotes do lixo e eles não são despejados há 3 ou 4 dias. Mas eu diria, senhor Presidente da Câmara, que não há, de facto, localidades da freguesia de Rio de Mouro que estejam tantos dias sem despejo. O que há, e tem que existir sério, é uma política de repressão, sem medo e sem freio, porque, enquanto isso não for feito, não há nenhuma estratégia que dure, porque estamos a falar de recolhas de camiões TIR, hoje, que ao fim de 2 ou 3 horas temos os espaços exatamente na mesma. E se quiserem exemplos, senhores deputados municipais, eu também os posso dar. Falar de lixo no município de Sintra sem falar de Lisboa, bom, esta intervenção até faria sentido em forças políticas que não tivessem alguma responsabilidade autárquica, mas a CDU, o PCP e Os Verdes até têm grandes responsabilidades autárquicas no nosso país, e lembro-me do



município de Loures, e o que está a acontecer na higiene pública de Loures. Évora, Património Mundial, e também tenho ali algumas fotografias que vos posso mostrar. Portanto, o pacto do lixo, ou é para ser, de facto, respeitado e pensarmos todos em dar contributos, ou então não vai haver solução nenhuma. Estou inteiramente à disposição de qualquer senhor deputado municipal que entenda, fazer uma visita exaustiva, mostrar todos os relatórios, todas as reclamações, e quero aqui homenagear os serviços dos SMAS e o seu diretor executivo, que são de uma generosidade sem hora, de mensagens enviadas a horas em que não se incomoda rigorosamente ninguém, e com uma prontidão, de facto, que se deve assinalar. E, portanto, senhor Presidente da Câmara, quero deixar esta mensagem e deixar este contributo, pedindo que, de facto, se debatam ideias, se debatam contributos, mas com seriedade.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente Bruno Parreiras, nós estamos em Sintra. Cumprimentos aos moradores de Loures, cumprimentos aos moradores de Évora, que tratem do seu lixo que nós tratamos do lixo de Sintra. E é aqui que temos que dar a nossa opinião. No dia em que for morar para Loures, será com Loures que falarei. Senhor Presidente Câmara, eu gostava de referir algumas situações da sua informação escrita, ponto por ponto, onde em algumas estou de acordo e outras onde não estou. Mas, antes, referir que como todos nós sabemos, não temos nesta altura Comandante Municipal de Proteção Civil nem temos Coordenador da Proteção Civil. Não ponho em causa a gestão da Proteção Civil, até porque acho que o Vereador que tem a sua tutela tem toda a capacidade e conhecimento para o fazer, mas não é solução. A solução é, efetivamente, colocar a estrutura a funcionar e o senhor Vereador tem mais que fazer do que estar a despachar algumas coisas que são quase administrativas. E a pergunta que se faz é muito simples: para quando a nomeação do Comandante Operacional Municipal e do Coordenador da Proteção Civil, ou se é intenção política que o novo Comandante Operacional e o novo Coordenador da Proteção Civil sejam ou continuem a ser a mesma pessoa. Em relação às situações que referi no início da minha intervenção, começo pela estrada da Xutaria, que liga a Idanha ao Monte Abraão, é cada vez mais utilizada por pessoas que circulam a pé pelas bermas, pelo que pergunto, se está prevista alguma intervenção por forma a que haja uma circulação segura para os utilizadores desta via como, por exemplo, a criação de passeios e ciclovia. A degradação das habitações sociais e dos equipamentos comunitários do Bairro da Xutaria – Campinas, é cada vez mais acentuada e gritante, penso que essa situação já está identificada pela Câmara Municipal, mas pergunto: para quando está prevista a requalificação desta zona do Concelho? No Bairro das Campinas, foi efetuado o reordenamento do trânsito e colocados pinos para que os carros não estacionam em cima dos passeios, medida que se aplaude, mas esta intervenção devia ter sido acompanhada pela criação de estacionamento, o que não aconteceu. Assim, pergunta-se para quando a resolução deste problema da falta de estacionamento local? Na pré-campanha eleitoral, mais precisamente em julho de 2017, foi anunciado pelo senhor Presidente da Câmara que a prioridade para os próximos meses era a construção de um novo Centro de Saúde para a população de Belas. Posteriormente, em agosto de 2017, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo informou que estaria planeado o investimento neste novo Centro de Saúde. Estamos no final do 3º trimestre de 2018 e o Centro de Saúde de Belas, ao que sabemos, nem projeto tem, pelo que perguntamos quando será conhecido o projeto e para quando a sua construção? Em 2016, numa presidência aberta à União de Freguesias de Queluz / Belas, numa sua intervenção, o senhor Presidente informou que iria ser criado um auditório no antigo Belas Cinema, situado no centro histórico da vila, e que um grupo de arquitetos já estaria a trabalhar no projeto. Passados mais de 2 anos ainda não se iniciaram as obras nem ninguém conhece o projeto, pelo

que perguntamos quando será conhecido o projeto e para quando está prevista a construção do auditório? Todos nós sabemos da importância do desporto e da atividade física para a qualidade de vida dos cidadãos, havendo vários aglomerados urbanos, na extinta freguesia de Belas, como a Fonteira, Samaritana, Idanha, Barota, Serra de Casal de Cambra, Serra da Silveira ou Pego Longo, onde não existe qualquer polidesportivo camarário de fruição pública para a prática dos desportos. Para quando a criação destes espaços? Estava prevista a criação de um parque de lazer junto ao rio aquando da urbanização da Fonteira, e vários foram os projetos apresentados, mas até à data nada foi feito nessa área. Para quando a criação desse espaço de lazer? Na Fonteira e Samaritana, há uma necessidade urgente de serem criadas passadeiras onde não existem e deixem de existir outras que se iniciam e terminam em zonas de estacionamento automóvel, sendo necessário também a criação de sistemas que obriguem à redução da velocidade do trânsito automóvel nessas zonas urbanas. Para quando a remarcação, reorganização e sinalização de trânsito nestas localidades? Na União de Freguesias de Queluz/Belas, segundo os moradores, a higiene urbana está uma vergonha. Escuso-me de colocar um conjunto de problemas que já foram expostos pelo meu colega e que, pela intervenção do senhor Presidente, com o conjunto de medidas que anunciou, esperemos que este problema se resolva. Face à degradação do Parque Escolar existente na União de Freguesias de Queluz e Belas a carecer de intervenção, pergunto quais as escolas que estão a ser intervencionadas e aquelas que o serão, ainda, durante este ano letivo? Quanto às ciclovias, estas assumem toda a importância que nós, sabemos, e quero lembrar ao senhor Presidente, num debate que tivemos na Área Metropolitana de Lisboa, aquando do acesso aos fundos comunitários, onde a Câmara de Sintra afirmou naquela altura, e penso que está a cumprir, que era a tentativa de acesso a esses fundos para a construção de ciclovias, onde eu fiz um conjunto de intervenções onde discordei de algumas coisas e concordei com outras e, portanto, penso que em relação às ciclovias temos, efetivamente, um problema objetivo. É um problema que não é fácil de ultrapassar, mas nós temos, como exemplo, a ciclovia do Algueirão à Portela. Foi de uma importância extrema, não tenhamos dúvidas sobre isso, e continua a ser de uma importância extrema, mas o problema que se coloca, e é uma questão sobre a qual todos nós temos que pensar sobre isso, todos nós temos que nos empenhar na tentativa de uma solução, que eu não a tenho, mas nessa ciclovia, diria que 99% é de uso pedonal, o que não critico, mas o problema que se coloca é se em futuras concessões de ciclovias, temos ou não alguma solução para conseguir não colidir com esta questão do seu uso indiscriminado, pois pode originar acidentes.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que deve haver aqui um princípio de respeito recíproco pelas competências e pelo que está em discussão que é a atividade da Câmara Municipal desenvolvida durante os meses de julho e agosto. Colocar perguntas sobre coisas de um pormenor enorme como se estivéssemos no fim do mandato, quando este é daqui a 3 anos. Eu dou conhecimento pormenorizado da atividade desenvolvida durante os meses de julho e agosto, admito falar em coisas genéricas, em que posso intervir, com gosto o faço. Agora, colocar questões de pormenor que não estão consagradas neste relatório, eu não posso responder, e tenho pena de não poder responder. Ou então muda-se o Regimento e em cada sessão destas, fazemos uma apreciação global de tudo. Mas, nesse caso, eu terei que saber com antecedência as perguntas que vão ser feitas, para poder seriamente respondê-las. As pessoas podem dizer o que entenderem, é dialética, mas perde-se a utilidade e o respeito recíproco, essa é a questão. Portanto, julho e agosto, é o que estava em cima da mesa. A partir daqui já respondi a muita coisa genérica que me foi colocada, agora, com o pormenor que me é colocado, eu não sei responder.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente, eu pedi a palavra para lhe dizer que tem razão. Mas, devido aos tempos Regimentais, não apresentei a parte final da minha intervenção, que passo a ler: "Exmº senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Sérgio Sousa Pinto, Exmº senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, dado que os temas e questões que expus aqui, com certeza, não têm respostas de imediato, caso não seja possível responder hoje, solicitava que as mesmas fossem posteriormente respondidas por escrito. Eu tenho a noção da responsabilidade e sei o que ando aqui a fazer, mas não tenho culpa que tenhamos um Regimento perfeitamente espartilhado.-----

--- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 06 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº2**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23:00 horas.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sérgio Sousa Pinto**

**A 1ª SECRETÁRIA**

**A 2ª SECRETÁRIA**

**Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês**

**Cláudia Sofia Monteiro da Silva**



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

17.09.2018

### 1. a) *Expediente e Informações*

1. Câmara Municipal de Sintra - Ata n.º 13/2018 – reunião ordinária realizada em 12.06.2018.
  - Ata n.º 14/2018 – reunião ordinária realizada em 26.06.2018.
  - Ata n.º 15/2018 - reunião ordinária realizada em 10 .07.2018.
  - Ata n.º 16/2018 - reunião ordinária realizada em 24 .07.2018.
2. Grupo Parlamentar do PCP – Reapreciação do Decreto n.º 201/XIII - 3ª "Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir da plataforma eletrónica".
3. Grupo Parlamentar "Os Verdes":
  - Projeto de Lei n.º 530/XIII/2ª – Estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar, promovendo alteração ao DL. N.º 55/2009, de 2 de março.
  - Projeto de Lei n.º 531/XIII/2ª – Estabelece a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes/bares escolares, procedendo à alteração ao DL. N.º 55/2009, de 2 de março.
  - Projeto de Lei n.º 531/XIII/2ª – Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração ao DL. N.º 55/2009, de 2 de março.
  - Projeto de Lei n.º 531/XIII/2ª – Garante a disponibilização de bebidas vegeta no serviço de bufete escolar, através da alteração ao DL. N.º 55/2009, de 2 de março.
4. Grupo Parlamentar "Os Verdes" – Projeto de resolução – Medidas para promover a qualidade das refeições escolares Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações do Conselho Metropolitano de Lisboa de 28 de junho de 2018.
5. Grupo Parlamentar "Os Verdes" – Projeto de Resolução - Pela necessidade de recuperar a profissão de guarda-rios, na preservação e fiscalização dos recursos hídricos.



6. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Projeto de Lei nº 961/XIII/ 3ª (PEV) – Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação do subsolo.
7. Vereador Domingos Linhares Quintas - Aplicação de glifosato nos trilhos do elétrico.
8. Câmara Municipal de Sintra - Descentralização Administrativa.
9. Área Metropolitana de Lisboa – Atas das reuniões do CEML.
10. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Pergunta ao Governo – Nova marcação de árvores para abate no Parque Natural Sintra – Cascais.
11. Ofício do Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita sobre a Lei - quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.
12. Área Metropolitana de Lisboa – Desmarcação da Reunião Ordinária de setembro do CML.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

**1ª SECRETÁRIA**

Lina Maria Venâncio Andrês

**A 2ª SECRETÁRIA**

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



DOC. N.º 2

**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia dezassete do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

• Foi submetida à votação a Admissibilidade da proposta de CDU - "Transferência de Competências", em o seguinte resultado:

Votos a Favor: 5 (CDU-BE)

Votos em Contra: 37 (PS-PSD-CDS-MPT)

Abstenções: 1 (PAN)

A Admissibilidade da proposta foi REJEITADA

• Foi submetida à votação a Admissibilidade da Proposta nº 661/RP/2018 - "Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Sintra", nos termos do Artº 34º do Regimento da Assembleia Municipal

A Admissibilidade foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: Apreciar e votar:-----

- Ata nº 03/18 referente à 2ª sessão ordinária realizada em 19 de abril de 2018;-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 3-AMS/2018) – Deliberar: -----  
--- a) Alteração à alínea v) do artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;-----  
--- b) Conferir poderes ao Presidente da Assembleia Municipal para dar posse ao Conselho Municipal de Segurança.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 490-P/2018) – “Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Proteção de Dados do Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 530-P/2018) – “Apreciar e votar a nomeação da empresa “JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC”, para a prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas do Município de Sintra e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra para o biénio 2016-2017 e com prorrogação em 2018, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43 -----





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 573-P/2018) – “Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 615-P/2018) – “Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 557-PM/2018) – “Apreciar e votar a afetação ao domínio público municipal da área de 162,22 m2, área a destacar da ficha nº 1820 descrita na Conservatória do Registo Predial de Queluz, da freguesia de Casal de Cambra, sita em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:







**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 561-PM/2018) – “Apreciar e votar a cedência de utilização dos edifícios do mercado e das instalações sanitárias de apoio sitas em Almoçageme, inscritos na matriz predial sob os artigos provisórios P7193 e P7194 de Colares e descritos nas fichas 9940 e 9941 da mesma freguesia, à Freguesia de Colares, nas condições constantes da minuta de protocolo anexo à proposta, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 567-PM/2018) – “Apreciar e votar a cedência a título gratuito para afetar ao domínio público municipal, as seguintes parcelas: Artigo 166 da secção R; Artigo 173 da secção R; Artigo 174 da secção R; artigo 251 da secção R, sitas na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 616-RP/2018) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da organização da “1ª Corrida Queluz-Belas, Prémio José Araújo”, nos termos da respetiva proposta”.



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----

--- Abstenções: 0-----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.-----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 617-RP/2018) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, no âmbito da organização do “VII Grande Prémio de Atletismo de Almargem do Bispo”, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----

--- Abstenções: 0-----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.-----

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 652-EQN/2018) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos; à União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; à União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra; à União de Freguesias de Queluz e Belas e à Junta de Freguesia de Casal de Cambra, no âmbito do programa “Sintra em Férias! Verão 2018”, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43-----

--- Votos contra: 0-----

--- Abstenções: 0-----



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 667-RP/2018) – “Apreciar e votar a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Sintra nos termos da respetiva proposta”, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a admissibilidade desta proposta:-----

--- VOTAÇÃO: ADMITIDA por UNANIMIDADE.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 43

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Sintra, 17 de setembro de 2018.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL